



ROGER LIMA DOS SANTOS

ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO
ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ, ROSANA –
SP

Rosana

2023

ROGER LIMA DOS SANTOS

ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO
ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ, ROSANA –
SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e
Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como
parte dos requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Patrícia Denkewicz

Rosana

2023

S237e Santos, Roger Lima dos
Estudo de viabilidade da implementação do Ecoturismo na Área de
Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, Rosana – SP /
Roger Lima dos Santos. -- Rosana, 2023
69 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Engenharia e
Ciências, Rosana
Orientadora: Patrícia Denkewicz

1. Ecoturismo. 2. APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. 3.
Conflitos Socioambientais. 4. Rosana. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Engenharia e Ciências, Rosana. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ROGER LIMA DOS SANTOS

ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO
ECOTURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ, ROSANA –
SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e
Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como
parte dos requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Turismo.

Rosana, ____/____/____.

Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Dra. Patricia Denkewicz, Câmpus de Rosana, Universidade
Estadual Paulista.

Membro Titular: Dr. Rafael Henrique Teixeira da Silva, Câmpus de Rosana,
Universidade Estadual Paulista.

Membro Titular: Dra. Simone Batista Mamede, Câmpus de Rosana, Universidade
Estadual Paulista.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas que, embora não tenham desempenhado um papel direto em minha jornada acadêmica, foram incrivelmente significativas em minha vida. Em memória ao meu saudoso avô, Geraldo de Souza Lima, quero expressar minha profunda gratidão por sua presença e companheirismo. À dona Maria da Pureza Lima, minha avó, que me ensinou a encarar as adversidades da vida com serenidade e ao seu Oscar Lindolfo, meu avô, que partiu neste ano de 2023, a vocês deixo meu imenso agradecimento e minhas sinceras desculpas por não ter estado mais presente nos seus últimos momentos. À Dona Ana, minha avó que se encontra em vida, porém muito debilitada, expresso minha eterna gratidão. Todos vocês me ensinaram a ser um homem melhor a cada dia, espero cada vez mais suprir suas expectativas.

Expresso minha profunda gratidão à minha mãe, Maria Selma Lima, que desempenhou um papel fundamental em minha vida, sendo o alicerce que me sustentou. Mãe, espero poder lhe proporcionar o orgulho que merece de mim, seguindo adiante com determinação e honrando os valores que você me transmitiu.

À minha orientadora, Patrícia Denkewicz, devo um agradecimento especial, pois desempenhou um papel fundamental nesta jornada. Sem a sua orientação, este trabalho não teria sido possível. Mostrou-me que sou capaz de construir uma pesquisa científica e desde o início apoiou a realização deste projeto. Sua presença na UNESP fez deste acadêmico um cientista, e sou imensamente grato pelo seu direcionamento e apoio.

À minha companheira, Camilly Bianca dos Santos Pereira, que me ofereceu apoio e motivação para completar toda a jornada acadêmica. Sua presença, amor e companheirismo me tornam uma pessoa melhor a cada dia. Obrigado por estar sempre ao meu lado e espero contribuir para a sua vida da mesma forma que você contribui para a minha.

As repúblicas Angra III e Ilhados, casas nas quais morei durante a minha vida acadêmica e me fez conhecer meus “irmãos de outras mães”, das quais fazem parte: Reciclagem, Dunga, Travado, Cotia e Cascão, apelidos pelos quais nos conhecemos na faculdade, tenho o imenso prazer de dizer que compartilhei uma parte da minha vida com vocês.

Gostaria de estender meu eterno agradecimento aos amigos que a faculdade me proporcionou: Ana Rodrigues, Jackline, Nathália, Thaynara, Ana Archangelo, Verônica, Mariana, Pablo e Lourdes. Com vocês, compartilhei experiências incríveis e vivências únicas.

Agradeço também a Alice e Vitória, pessoas com as quais não fui tão próximo, mas que me auxiliaram imensamente nas atividades acadêmicas durante o período de pandemia.

E por fim, agradeço profundamente à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), que me proporcionou a oportunidade de ser o primeiro da família Lima a cursar uma universidade pública. Além disso, a UNESP me deu a chance de conhecer novas pessoas, as quais levarei pelo resto da minha jornada. Também sou grato pela disponibilização de bolsas pela Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE), que me possibilitou ter uma renda durante o curso, contribuindo significativamente para minha formação acadêmica.

“Vou mostrando como sou e vou sendo como posso. Jogando meu corpo no mundo, andando por todos os cantos. E pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto. E passo aos olhos nus ou vestidos de lunetas. Passado, presente, participo sendo o mistério do planeta” (Novos Baianos “Mistério do Planeta”).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, tendo em vista que o município faz parte Unidade de Conservação Federal. A globalização, o turismo em massa, os impactos adversos do turismo hegemônico juntamente com a preocupação ambiental desencadearam o surgimento de novos segmentos do turismo, como por exemplo, o Ecoturismo, o qual se apresenta como uma alternativa para harmonizar a preservação ambiental com o desenvolvimento turístico. Este segmento se baseia nos princípios da sustentabilidade e da interculturalidade, os quais podem ser importantes para áreas consideradas sensíveis ambientalmente, como é o caso da área de estudo. A metodologia adotada para esse trabalho seguiu uma abordagem qualitativa, em que as entrevistas e a observação direta foram empregadas como técnicas de coleta de dados, para análise dos resultados optou-se pelo emparelhamento teórico-prático. Como resultado, constatou-se que a ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná depende de um processo de transformação na gestão turística e ambiental. Isso ocorre em função dos conflitos socioambientais persistentes entre a população local, a gestão municipal e o órgão ambiental responsável pela área.

Palavras-chave: Ecoturismo; APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná; Conflitos Socioambientais; Rosana.

ABSTRACT

This work aims to analyze the expansion of ecotourism practices in the APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River, considering that the municipality is part of the Federal Conservation Unit. Globalization, mass tourism, the adverse impacts of hegemonic tourism together with environmental concerns have triggered the emergence of new segments of tourism, such as Ecotourism, which presents itself as an alternative to harmonize environmental preservation with tourism development. This segment is based on principles of sustainability and interculturality, which can be important for areas considered environmentally sensitive, as is the case in the study area. The methodology adopted for this work with a qualitative approach, in which interviews and direct observation were used as data collection techniques, for analysis of the results, a theoretical-practical pairing was chosen. As a result, it was found that the expansion of ecotourism practices in the APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River depends on a process of transformation in tourism and environmental management. This occurs due to persistent socio-environmental conflicts between the local population, municipal management and the environmental agency responsible for the area.

Keywords: Ecotourism; APA of the Islands and Floodplains of the Paraná River; Socio-environmental Conflicts; Rosanna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Turismo de Sol e Praia no Balneário Municipal de Rosana	19
Figura 02 - Barcos para Passeio	19
Figura 03 - Visita aos moradores locais	20
Figura 04 - Mapa das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	21
Figura 05 - Ponto Objeto de Estudo	22
Figura 06 - Município de Rosana	36
Figura 07 - Algumas Ilhas Fotografadas	38
Figura 08 - Mirante Municipal de Rosana	39
Figura 09 - Encontro dos Rios	40
Figura 10 - Entrada da Trilha das Três Rampas	41
Figura 11 - Balneário Municipal de Rosana	42
Figura 12 - Atividades realizadas no Balneário Municipal	43
Figura 13 - Praias Naturais e Rios	43
Figura 14 - Fotos do Céu Noturno de Rosana	44
Figura 15 - 1º Passeio Ecológico de Caiaque	45
Figura 16 - Projeto Vem Passarilhar Rosana	46
Figura 17 - Camping no Balneário Municipal	47
Figura 18 - Três rampas, estacionamento	47
Figura 19 - Propriedade de turistas	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Caminho Metodológico	20
Quadro 02 - Objetivos do SNUC	26
Quadro 03 - Impactos do Ecoturismo	33
Quadro 04 - Infraestrutura de Produtos Ecoturísticos de Rosana-SP	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
UC	Unidade de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
MTur	Ministério do Turismo
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
GCIP	Gestão Compartilhada, Integrada e Participativa
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
ONU	Organização das Nações Unidas
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PcD	Pessoas com Deficiência
UNESP	Universidade Estadual Paulista
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
CORIPA	Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência
COMAFEN	Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná
CONISUL	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul
CODEVALE	Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 Objetivo Geral:.....	17
2.2 Objetivos Específicos:	17
3 METODOLOGIA	18
3.1 Caracterização da Área de Estudo: APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná .	21
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	24
4.1 Áreas Naturais Protegidas	24
4.2 Turismo em Áreas Naturais Protegidas	28
4.3 Ecoturismo.....	30
4.4 Impactos do Ecoturismo.....	33
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1 Atrativos turísticos da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná	36
5.1.1 Descrição dos atrativos ecoturísticos.....	37
5.1.2 Possíveis atividades ecoturísticas.....	44
5.1.3 População local e o Ecoturismo: interesse e conflitos socioambientais.....	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, no contexto da trajetória humana, o homem se apropriou dos recursos naturais de maneira desregrada, resultando no esgotamento dos mesmos na contemporaneidade, circunstância que materializa-se a partir da atual escassez dos recursos naturais. Esta problemática advém, em parte, da ausência de políticas públicas e da percepção ambiental equivocada de líderes mundiais. Segundo Neiman e Mendonça (2000) os pensamentos mais intensificados sobre a proteção ambiental surgiram apenas na década de 60, somente após três revoluções industriais e duas guerras mundiais.

De certo modo, mesmo com as atuais preocupações mundiais em torno da problemática ambiental, ainda são praticadas diversas atividades econômicas que degradam intensamente a natureza. A exemplo disso, tem-se o caso da Floresta Amazônica, no Brasil, onde foram desmatados 10.267 Km², entre os meses de janeiro e dezembro de 2022. Muito desse desmatamento vem da extração ilegal de madeira e minério, bem como das atividades pecuárias (Greenpeace, 2023).

Entende-se que os interesses econômicos estão diretamente ligados ao avanço da degradação ambiental. Nesse contexto, a exploração intensa dos recursos naturais é justificada pela busca do desenvolvimento econômico das regiões/países.

Nesse contexto, segundo Alves e Granado (2015), o turismo ao utilizar os recursos naturais como atrativos turísticos gera diversos impactos que possuem matrizes tanto positivas quanto negativas. Os aspectos benéficos dos impactos do turismo manifestam-se através de contribuições à comunidade local, como a geração de emprego e renda, a valorização e fortalecimento da cultura, a proteção ambiental, entre outros. No entanto, é importante reconhecer que, em sua vertente negativa, a atividade turística pode gerar prejuízos aos destinos, abrangendo fenômenos como poluição ambiental, problemas sociais, mercantilização da cultura, etc. Estes fenômenos podem culminar na erosão do atrativo turístico em questão, comprometendo sua capacidade de retenção de visitantes, como igualmente enfatizado pelos autores em menção, que discorrem sobre casos paradigmáticos de praias deterioradas em decorrência do intenso fluxo de visitas.

O turismo quando observado apenas pelo viés econômico e desenvolvido sem seguir as premissas da sustentabilidade pode ocasionar, muitas vezes, impactos negativos irreversíveis, especialmente, quando se fala em áreas naturais. Por muitos anos, este foi o cenário turístico, desenvolvia-se uma atividade econômica que buscava atingir um grande quantitativo de pessoas e assim produzir riquezas, utilizando-se de estratégias capitalistas

exploratórias. Esta forma de turismo foi denominada como turismo hegemônico (Coriolano e Vasconcelos, 2014).

Em contraste com as modalidades tradicionais e amplamente disseminadas do turismo, como exemplificado pelo segmento de Turismo de Sol e Praia, surgem modalidades de turismo inovadoras, denominadas de Turismo Alternativo. Este se fundamenta na premissa de proporcionar uma alternativa ao turismo convencional massificado. Tal abordagem inicialmente contempla a exploração de atividades que consideram diversos aspectos: a realização plena do indivíduo, a contribuição progressiva para a esfera educacional, a promoção da igualdade entre as nações, a libertação do ser humano, bem como o respeito à sua identidade e dignidade, além da salvaguarda da originalidade cultural e a preservação do patrimônio moral das populações (Narvaez, 2014) e dentro dessa modalidade de turismo encontram-se os segmentos de turismo realizado em áreas naturais, como por exemplo, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura.

É crucial destacar que a possibilidade de desenvolver o Turismo em Áreas Naturais no Brasil não é viável para todos os ambientes, devido a fragilidade ambiental destes, a qual por vezes está acompanhada por diretrizes ambientais que regulamentam o uso público destas áreas, objetivando a proteção ambiental.

No município de Rosana há a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. A referida APA detém um grande potencial para o turismo em áreas naturais, especialmente, para o Ecoturismo, uma vez que possui diversos recursos naturais capazes de abrigar o turismo sustentável, bem como atividades turísticas baseadas na natureza. No entanto, a gestão do município se encontra sem projetos que viabilizem o desenvolvimento dessas atividades.

Acredita-se que identificar os atrativos naturais existentes na APA possibilitaria o desenvolvimento de diferentes segmentos turísticos, oferecendo assim uma oferta maior e mais diversificada para o município, circunstância que poderá auxiliar no desenvolvimento local.

Dessa forma, pergunta-se: seria possível ampliar as atividades relacionadas ao Ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná?

2 OBJETIVOS

Para responder a problemática supracitada apresenta-se os seguintes objetivos:

2.1. OBJETIVO GERAL:

- Analisar a ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná;

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Inventariar os atrativos turísticos presentes na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná;
- Analisar os impactos socioambientais gerados pela atividade turística;
- Compreender o interesse da população local e da gestão turística no desenvolvimento do Ecoturismo;
- Sugerir atividades relacionadas ao Ecoturismo em busca do desenvolvimento local e da proteção ambiental.

3 METODOLOGIA

Para este estudo aplicou-se a abordagem qualitativa, pois de acordo com Minayo (2001, p.14), essa forma de pesquisa "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]". A abordagem qualitativa busca explicar o porquê, o sentido dos acontecimentos, apresenta soluções, porém não tem como objetivo quantificar e comprovar estatisticamente os fatos, uma vez que os dados trabalhados não são métricos (Gerhardt e Silveira, 2009).

Como ferramentas de coleta de dados foram utilizadas as entrevistas e observações diretas. As entrevistas foram realizadas com as populações locais que residem na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, com os trabalhadores do turismo e com os responsáveis pela gestão turística municipal. As perguntas das entrevistas abordaram questões sobre o turismo em geral e sobre o interesse pelo desenvolvimento do Ecoturismo, vide Apêndice I.

A escolha dos indivíduos ocorreu através de amostra intencional, que segundo Costa Neto (1977, p. 45), é "composta por elementos da população selecionados intencionalmente pelo investigador, porque este considera que esses elementos possuem características típicas ou representativas da população". Sobre a amostragem das entrevistas aplicou-se o método de saturação que, de acordo com Fontanella (2008, p. 17), "[...] é a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados". Dessa forma, foram entrevistados 18 indivíduos, sendo: 2 gestores públicos, 9 moradores locais e 7 trabalhadores do turismo. As entrevistas ocorreram entre os dias 20 de Setembro e 3 de Outubro de 2023.

Para a realização das entrevistas os entrevistados foram divididos em dois grupos. O primeiro grupo foi composto pelos moradores e trabalhadores. Para entrevistá-los foi necessário deslocar-se até o balneário do município, onde se realiza o turismo de Sol e Praia, conforme demonstra a Figura 01 abaixo.

Figura 01 - Turismo de Sol e Praia no Balneário Municipal de Rosana



(Fonte: Autoria própria, 2023)

Neste local foram entrevistados somente os trabalhadores que em sua maioria oferecem o serviço de passeios de barco nas águas do Rio Paraná, conforme demonstra a Figura 02.

Figura 02 - Barcos para Passeio



(Fonte: Autoria própria, 2023)

Inclusive foi dos barqueiros o responsável por guiar as visitas aos moradores locais, já que este grupo se localiza nas ilhas do município (Figura 03). É importante destacar a baixa quantidade de moradores locais, pois segundo o barqueiro responsável pela locomoção durante as entrevistas, identificado neste documento como Guia, as pessoas migraram para o perímetro urbano ou até mesmo para outras cidades, pois encontraram dificuldades para se manter nas ilhas.

Figura 03 - Visita aos moradores locais



(Fonte: Autoria própria, 2023)

Em relação a observação direta, esta ocorreu por meio do Formulário C do Ministério do Turismo, o qual é destinado para a inventariação turística de UCs, vide Anexo I. Além disso, observou-se o cotidiano das populações locais, buscando compreender o desenvolvimento turístico da localidade, bem como, os conflitos socioambientais relacionados ao turismo.

De posse destas informações será realizado um emparelhamento teórico-prático que permita compreender qual é a potencialidade para o desenvolvimento do Ecoturismo, bem como, suas limitações.

Para melhor compreensão do caminho metodológico adotado, apresenta-se abaixo o Quadro 01 com as informações referentes às técnicas aplicadas.

Quadro 01 - Caminho Metodológico

OBJETIVOS	TÉCNICAS DE PESQUISA	ANÁLISE DE DADOS
Inventariar os atrativos turísticos presentes na Ilhas e Várzeas do Rio Paraná;	Observação direta - Formulário Categoria C - Mtur	Emparelhamento teórico-prático
Analisar os impactos socioambientais gerados pela atividade turística;	Entrevistas e observações diretas	Emparelhamento teórico-prático
Compreender o interesse da população local e da gestão turística no desenvolvimento do Ecoturismo;	Entrevistas	Emparelhamento teórico-prático
Sugerir atividades relacionadas ao Ecoturismo em busca do desenvolvimento local.	Entrevistas e observações diretas	Emparelhamento teórico-prático

(Fonte: Autoria Própria, 2023)

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: APA DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ

A Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná possui um total de 1.005.188,39 hectares e está localizada entre os estados de Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR) e São Paulo (SP), conforme demonstra a Figura 04 abaixo:

Figura 04 - Mapa das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná

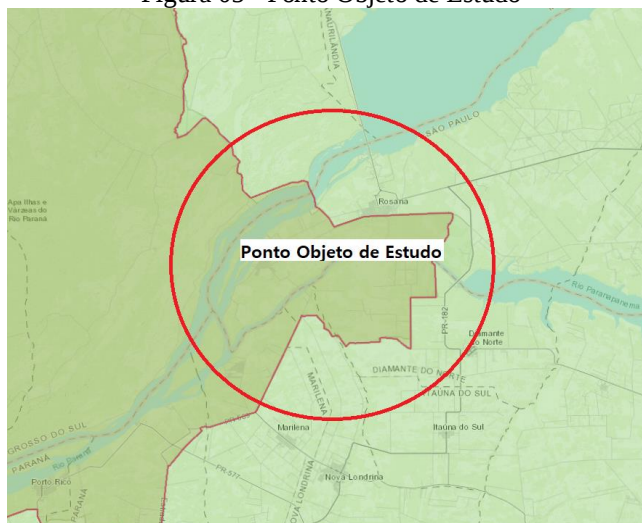


Fonte: Instituto Socioambiental, 2023.

Foi decretada em 30 de setembro de 1997, pelo então vice-presidente da República, Marco Antônio de Oliveira Maciel. A APA é uma UC de uso sustentável, categoria instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Abriga ilhas e ilhotas do Rio Paraná, águas interiores, áreas lagunares, várzeas e áreas de terra firme que margeiam o Rio Paraná.

Por sua imensidão, foi determinado como local de pesquisa a porção da APA que está localizada no município de Rosana no estado de São Paulo, conforme demonstra a Figura 05 abaixo:

Figura 05 - Ponto Objeto de Estudo



(Fonte: Instituto Socioambiental, 2023)

As características que fazem deste território uma APA, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, s/d), são suas importantes características ecológicas, como a flora nativa da Mata Atlântica e fauna composta por algumas espécies em risco de extinção, como por exemplo: Piracanjuba (*Brycon Orbignyanus*); Cervo-do-Pantanal (*Blatocerus Dichotomus*); Bugio (*Alouatta Fusca*); Lontra (*Lutra Longicaudis*); Anta (*Tapirus Terrestris*); Jaguaritica (*Leopardus Pardalis*); Onça-Pintada (*Panthera Onça*); entre outros animais.

Apesar da sua importância ecológica, a APA ainda não possui plano de manejo, instrumento essencial para a gestão ambiental e do uso público. Esse documento técnico está em elaboração, mas cabe ressaltar que esse processo de desenvolvimento do plano de manejo teve início em 2015 e até o presente momento não foi finalizado.

De acordo com o ICMBio (s/d), responsável pela gestão da APA, optou-se em adotar um modelo de gestão denominado Gestão Compartilhada, Integrada e Participativa (GCIP). Este modelo tem como objetivo reunir esforços com atores e instituições locais em prol da proteção ambiental. Dessa forma, a gestão compartilhada envolve a participação das prefeituras municipais e consórcios públicos intermunicipais, sendo eles:

- **CORIPA** (Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência);
- **COMAFEN** (Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná);
- **CONISUL** (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul);

- **CODEVALE** (Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema);

Esses consórcios desempenham um papel ativo no Conselho Gestor da APA, participando em reuniões para discutir a gestão ambiental da UC. No entanto, é importante destacar que o município de Rosana não está associado aos referidos consórcios e por ser o único município do estado de São Paulo a fazer parte da APA, não criou o próprio consórcio. Atualmente, esse modelo de gestão tem consolidado a participação social por meio do Conselho Gestor, composto por 55 instituições que participam ativamente das decisões (ICMBio, s/d).

Vale destacar que Rosana também recebe o ICMS Ecológico, a qual é instituída na Lei Estadual Nº8.510/1993, que é uma verba repassada para as municípios que possuem algum tipo de área denominadas como “especialmente protegidas” como é o caso da APA em questão (Brasil, 2023) no entanto não se sabe de que maneira este investimento público está sendo aplicado em Rosana.

O turismo praticado na referida UC está totalmente ligado ao desenvolvimento turístico do município de Rosana-SP, onde explora-se, especialmente, o turismo de sol e praia, o turismo de pesca e o turismo náutico, segmentos que apresentam características de massificação e sazonalidade. Segundo Granado & Romero (2014) às cidades que fazem uso dos balneários municipais, como é o caso de Rosana, utilizam o turismo e lazer de baixo custo como uma maneira de atrair turistas para estas localidades, fazendo com que o capital gire em torno da cidade, contribuindo para a economia local e para desenvolvimento da infraestrutura básica e turística.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1. ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Como já mencionado ao longo do texto, as áreas naturais foram historicamente degradadas pela espécie humana e continuam sendo até os dias atuais. No entanto, com o passar dos anos e com o avanço da preocupação ambiental algumas leis e normas surgiram com o intuito de preservar estes locais, como é o caso da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em que se estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação (UC).

Segundo a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza, 2019) as áreas naturais protegidas são definidas como “espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”. Em escala internacional, as áreas protegidas são divididas em algumas categorias de gestão com o intuito de estabelecer um controle organizacional sobre a sua criação, sendo elas: Reserva Natural Estrita, Área Silvestre, Parque Nacional, Monumento ou Característica Natural, Área de Gestão de Habitat/Espécies, Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida, Áreas Protegidas com uso Sustentável dos Recursos Naturais (UICN, 2019).

No Brasil, essas categorias são encontradas no SNUC em que são definidas como: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000).

De acordo com Mercadante (2001), a ideia de criar um Sistema Nacional de UCs não foi exclusivamente do Brasil, uma vez que resultou das discussões mundiais em torno da questão ambiental e das ações de organizações como o IUCN e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO.

Até a década de 70, o Brasil necessitava de um plano estruturado para a criação de UC. No entanto, existiam dois sistemas distintos para determinar essas áreas de proteção ambiental. O primeiro, foi estabelecido pelo Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura. Entre os anos de 1967 e 1988, o IBDF orientou, coordenou e executou medidas destinadas à utilização sustentável dos recursos naturais. Contudo, havia desafios relacionados à gestão dessas áreas, uma vez que a

maior parte dos recursos financeiros estava direcionada para ações de reflorestamento. O segundo sistema surgiu em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que tinha como foco três áreas de atuação: controle da poluição, educação ambiental e conservação dos ecossistemas. Porém, a gestão liderada pela SEMA também enfrentou desafios, uma vez que, como órgão de administração direta, não possuía recursos próprios e contava com uma equipe técnica reduzida que realizava tarefas semelhantes às do antigo IBDF (Hassler, 2005).

Em 1989, a gestão dessas áreas foi transferida para um novo órgão, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que atua como órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. O IBAMA é responsável por estabelecer diretrizes para a proteção do meio ambiente onde sua organização é feita a partir de cinco diretrizes: Diretoria de Ecossistemas, Diretoria de Recursos Naturais Renováveis, Diretoria de Controle e Fiscalização, Diretoria de Incentivo à Fiscalização e Diretoria de Administração e Finanças (Hassler, 2005).

Nesse contexto, o SNUC foi criado em resposta a uma solicitação de revisão e atualização do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Em 1988, as extintas agências IBDF e SEMA estabeleceram um acordo com uma organização não governamental chamada FUNATURA para iniciar esse processo. Em um primeiro momento eles entregaram ao IBAMA o anteprojeto de lei com os critérios para criar, implementar e gerenciar as Unidades de Conservação, onde o projeto só foi sancionado nos anos 2000 (Hassler, 2005).

Assim, foi criado o SNUC, o qual é gerido nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal. O referido sistema apresenta os seguintes objetivos:

Quadro 02 - Objetivos do SNUC

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

(Fonte: Brasil, 2000.)

O SNUC define as UCs como “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000). A partir dessa definição são estabelecidos dois principais grupos de UCs, denominados como Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, em que:

- **Unidades de Proteção Integral** - tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais;
- **Unidades de Uso Sustentável** - objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais.

Vale ressaltar que de acordo com o SNUC, cada UC possui suas características específicas e por esta razão, o SNUC também rege a criação do plano de manejo que tem como objetivo assegurar o modo como aquela UC será gerida. No Art. 2º, Inciso XVII do SNUC, o plano de manejo é definido como:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000).

Após a criação do SNUC, foi estabelecido no máximo 5 anos para a elaboração do plano de manejo de cada UC, este prazo terminou em 2005 (Marques e Nucci, 2007), porém, a realidade mostra que a maior parte das UCs brasileiras não possuem esse documento. Segundo os dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC, 2023) regido pelo Ministério do Meio Ambiente, no Brasil existem um total de 2670 Unidades de Conservação, porém apenas 545 possuem um Plano de Manejo.

Vale destacar que essas normas de proteção ambiental apresentadas pelo SNUC surgem como uma salvaguarda para áreas naturais, apesar das tentativas incessantes de degradação destes territórios. Nesse sentido, Hassler (2005) enfatiza que o Brasil, que abriga uma vasta biodiversidade biológica em todo o seu território, tem a responsabilidade de proteger e preservar esse valioso patrimônio genético e por esta razão as diretrizes ambientais ganham forças, uma vez que auxiliam nesse processo de proteção da natureza.

4.2. TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

O turismo quando observado apenas pelo viés econômico e desenvolvido sem seguir as premissas da sustentabilidade pode ocasionar, muitas vezes, impactos negativos irreversíveis, especialmente, quando se fala em áreas naturais. Por muitos anos, este foi o cenário turístico, desenvolvia-se uma atividade econômica que buscava atingir um grande quantitativo de pessoas e assim produzir riquezas, utilizando-se de estratégias capitalistas exploratórias. Esta forma de turismo foi denominada como turismo hegemônico (Coriolano; Vasconcelos, 2014).

Nessa linha de raciocínio, o turismo representa uma atividade de considerável impacto nos destinos que engloba, especialmente quando desenvolve-se em áreas naturais ambientalmente sensíveis. No entanto, formas mais sustentáveis do turismo já são discutidas e aplicadas.

Nesse cenário, o turismo assume o papel de um agente guardião do meio ambiente, capaz de promover a sensibilização ambiental, harmonizando as atividades turísticas e a preservação dos ecossistemas.

Nesse sentido, Ramos (2004, p. 67) afirma que

[...] é notório o quanto o turismo pode ser prejudicial em todos os aspectos ambientais, mas, não se pode deixar de ressaltar o quanto pode ser uma força positiva em relação ao meio ambiente, a fim de motivar os governos a conservarem o meio ambiente natural e os animais selvagens devido a seus valores como recursos da atividade turística, assim como despertar a consciência dos turistas quanto às questões ambientais e levá-los a participar de campanhas pela preservação ambiental (Ramos, 2004, p. 67)

Portanto, a educação ambiental emerge como uma ferramenta fundamental. Conforme salientado por Ramos (2004), a educação ambiental se configura como uma necessidade presente não somente para os turistas, mas também para toda a sociedade inserida no contexto turístico. A adoção de uma abordagem educacional voltada para o meio ambiente visa fomentar a conscientização e a participação responsável não apenas durante os períodos de viagem, mas igualmente ao longo das atividades cotidianas.

Como consequência, aqueles envolvidos na indústria do turismo podem adquirir uma perspectiva mais abrangente sobre a natureza e a relevância da educação ambiental em destinos turísticos. Através da observação da fauna e flora local, os visitantes podem desenvolver uma compreensão mais profunda da natureza e das comunidades locais.

Outra estratégia capaz de beneficiar as áreas naturais e as comunidades tradicionais ou locais é a introdução do Turismo de Base Comunitária (TBC), definido como:

Diante da crise socioambiental e da massificação do turismo em nível planetário, o Turismo de Base Comunitária surge como uma alternativa ao turismo de massa. Ele representa uma estratégia de desenvolvimento para grupos com menores condições de ingressarem de maneira autônoma (self-reliance) na cadeia produtiva do turismo. É uma modalidade de turismo que prioriza o lugar, a conservação ambiental e a identidade cultural (Araújo, 2008, p. 366).

Com o propósito de atender às necessidades das comunidades locais, o conceito de TBC assume uma função central ao integrar os residentes e ao estabelecer o turismo como uma atividade econômica viável. Conforme destacado por Araújo (2008), o TBC desempenha um papel de relevância na dinâmica das interações sociais entre os visitantes e os membros das comunidades receptoras, promovendo simultaneamente o respeito e a valorização das culturas intrínsecas a esses locais. Para além desse aspecto cultural, essa abordagem também contribui significativamente para a geração de recursos financeiros necessários à subsistência das comunidades.

Dentro destas perspectivas é importante ressaltar que o turismo, quando abordado sob uma perspectiva educacional, particularmente através da integração da educação ambiental, pode desempenhar um papel crucial na promoção da conservação de áreas naturais. Dessa forma, o estímulo e o apoio proporcionados por entidades externas à aplicação da educação ambiental no turismo não apenas enriquecem a experiência dos visitantes, mas também constituem um suporte essencial para a preservação dessas áreas.

De forma complementar, quando o turismo é examinado do ponto de vista social, como é o caso do TBC, suas implicações são igualmente notáveis. Além de ser uma fonte substancial de renda para as populações locais, esse modelo também se configura como um catalisador de interações sociais e valorização cultural. Através do fomento de um turismo que respeita e envolve as comunidades anfitriãs, o engajamento social é fortalecido e as tradições culturais são mantidas e promovidas. Ao mesmo tempo, esse processo gera um influxo econômico que sustenta tanto os habitantes locais quanto a própria localidade em que o turismo se desenvolve.

O turismo nas áreas de preservação tem características fortes que podem tornar uma força positiva para conservação. Turismo ecológico, recreação e o uso público estão ligadas a áreas protegidas desde a sua concepção, quando as áreas recebem visitação, os visitantes experimentam e aprendem sobre o patrimônio natural e cultural. Essa abertura faz com que eles possam ter não só o bem-estar pessoal, mas também o estímulo para o cuidado da conservação do local (Calamante, 2022, p. 21).

Assim, quando se trabalha o turismo dentro dos aspectos sociais e educacionais, seu papel para as localidades e para a proteção ambiental é benéfico, pois através dessa abordagem o turismo não se resume apenas ao lazer, de certa forma ele pode ser uma ferramenta transformadora que pode beneficiar tanto as comunidades receptoras quanto ao meio ambiente assegurando um equilíbrio dos aspectos econômicos, sociais e ambientais. E é sob esse aspecto que discute-se o Ecoturismo.

4.3. ECOTURISMO

A Revolução Industrial (1950) foi um fator histórico para as questões da preocupação ambiental, uma vez que a busca por matéria prima se tornou predatória para a obtenção de capital, o que modificou completamente a relação homem-natureza (Ganzala, 2018). No entanto, esta preocupação de cunho ambientalista teve início a partir do término da segunda guerra mundial (1945) - período em que foi exibido ao mundo os modelos de desenvolvimento econômico adotados por países industrializados. Neste mesmo período, cidades como Los Angeles, Nova York, Chicago, Berlim, Tóquio e Londres já apresentavam níveis alarmantes de poluição atmosférica (Dias, 2002 apud Alcântara, 2006).

Segundo Soto (2012) a disseminação da preocupação ambiental pode estar ligada ao avanço tecnológico, já que a TV, o rádio e a internet impulsionam as notícias relacionadas ao meio ambiente. De forma geral, as questões ambientais passaram a ser discutidas em várias esferas e instituições, destacando-se o Clube de Roma, o qual por meio de seus relatórios discutia os problemas ambientais e apontava como estratégia o crescimento zero para evitar catástrofes ambientais (Romeiro, 2003) Assim;

As acirradas polêmicas geradas pelo Clube de Roma, levaram a Organização das Nações Unidas a promover na Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo. Essa Conferência reuniu representantes de 113 países, com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano. A Conferência gerou a Declaração Sobre o Ambiente Humano e estabeleceu um Plano de Ação, documentos que serviram de base para o surgimento de instrumentos de políticas de gestão ambiental (Dias, 2002 apud Alcântara, 2006).

Dentre os conteúdos discutidos nestes documentos, o turismo aparece como uma atividade capaz de auxiliar na proteção ambiental e no desenvolvimento econômico dos países. É neste momento que o turismo sustentável destaca-se e junto dele o Ecoturismo ganha forças. Os ambientalistas compreenderam que, apesar das críticas que teciam ao turismo, se bem orientado, este poderia constituir uma opção válida para captação de recursos

econômicos para a conservação, bem como melhoria da qualidade de vida das populações (Acerenza, 2006).

Conforme mencionado por Hintze (2009), durante os anos 70, o turismo atingiu o auge em termos de exploração e deslocamento em massa. Esse crescimento, desconhecia limites, sobrepondo-se às questões ambientais. Nesse contexto, no final dos anos 60 e início dos anos 70, o mundo foi impactado por movimentos pacifistas, tais como os movimentos Black Power, Flower Power, Feministas e o movimento Hippie, entre outros. Esses grupos, muitas vezes referidos como minorias, tinham como objetivo central questionar a sociedade capitalista, e por essa razão, estariam ligados às discussões ambientalistas que também realizavam tais questionamentos. A partir dessa perspectiva Hintze (2009) afirma que a origem do Ecoturismo tem suas raízes ligadas à filosofia de vida de grupos socioambientalistas.

Compreendia-se que o Ecoturismo poderia promover a “autenticidade”, harmonia social e preservação do meio ambiente em uma distribuição equitativa dos lucros (Acerenza, 2006). Tratava-se do que Ruschmann (1997) denominou “renovação do turismo”, renovação necessária, inclusive pelo fato de que o turismo de massa não trazia rentabilidade esperada, em razão da sazonalidade dos fluxos turísticos.

De acordo com o UICN (2019) o Ecoturismo é um segmento turístico definido como “viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação”. Segundo Bueno e Pires (2006) o ecoturismo caracteriza-se por um tipo de viagem realizada em meio a natureza, em que se faz uso dos recursos naturais como atrativos turísticos, sendo estes a matéria prima para o desenvolvimento do ecoturismo.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur, 2010) “ecoturismo é um segmento turístico que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação, busca a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente e capaz de auxiliar na promoção do bem-estar das populações locais”.

Segundo Pires (1998, apud. Mendes & Ferreira, 2010) o termo ecoturismo surgiu em 1983, mesmo possuindo sua vertente voltada para o meio ambiente, este segmento ainda não apresentava as definições atuais. Foi em 1992 com a divulgação do relatório de Brundtland, o qual discutia o desenvolvimento sustentável, que se passa a refletir e desenvolver o ecoturismo como o conhecemos atualmente.

O Mtur (2010) afirma que o ecoturismo no Brasil teve início na década de 1980, especificamente, em 1985 com a criação do “Projeto Turismo Ecológico” pela EMBRATUR

(Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo). Após dois anos, 1987, foi criada a Comissão Técnica Nacional juntamente com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), estas foram as primeiras iniciativas direcionadas ao ordenamento do segmento.

O Ecoturismo tem o objetivo de suprir as falhas do turismo convencional, focando diretamente na educação ambiental, mas também discute as questões socioeconômicas das comunidades. De acordo com Layrargues (2004) existem duas vertentes de Ecoturismo, uma ligada ao TBC, em que a comunidade local trabalha em prol do turismo, sendo a gestora e a principal beneficiada pela atividade; e existe a vertente do ecoturismo empreendedor, a qual é coordenada por empresas, as quais concentram em seu poder os benefícios econômicos gerados pela atividade.

Se tratando do envolvimento da comunidade local, o MTur (2010) diz que “o envolvimento comunitário, principalmente em áreas protegidas, é fundamental para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e para o sucesso do desenvolvimento do ecoturismo”. Neste âmbito, é necessário destacar que da mesma forma que o ecoturismo é importante para as comunidades receptoras em relação à geração de renda e à proteção ambiental, as comunidades também são de suma importância para o desenvolvimento deste segmento, já que o apoio e participação comunitária facilitam o planejamento e desenvolvimento das atividades, porém, vale salientar que para garantir um desenvolvimento e gerenciamento do ecoturismo, é necessário um apoio e assistência técnica para as comunidades receptoras. Além disso, o MTur afirma que “o fomento ao ecoturismo pressupõe a consolidação de uma cultura de ação conjunta, visando resultados diretos e indiretos na economia e no desenvolvimento do local” (MTur, 2010).

O ecoturismo é regido por princípios bases, sendo eles: oferecer ao turista contato com a natureza, pois através desse contato obterá respeito e conhecimento; conscientizar os turistas sobre sua importância ambiental e sociocultural; ajudar na preservação das áreas exploradas; beneficiar a comunidade local em questões econômicas, sociais e culturais, proporcionando melhoria em suas vidas; usar da mão de obra local; utilizar uma infraestrutura harmônica ao meio ambiente e que atenda às necessidades do turista; e valorizar a cultura local (Ecobrasil, 2000).

Embora estes princípios sejam amplos e indiquem impactos positivos se cumpridos, é necessário salientar que o ecoturismo também pode ocasionar impactos negativos e sofrer o processo de massificação turística, como é o caso dos safáris africanos.

De acordo com Mitraud (et al, 2003) o ecoturismo é um dos segmentos do turismo que apresenta os mais altos índices de crescimento, possuindo cerca de 10 a 20% de aumento ao ano, porém, este crescimento pode ser preocupante, pois demonstra também o seu avanço enquanto uma atividade capitalista, em muitos casos, desenvolvida em um território socioambientalmente frágil.

Nesse sentido, os ecologistas políticos chamam a atenção para as armadilhas do ecoturismo, pois embora haja diversos benefícios econômicos e ambientais, este segmento é insuficiente para as comunidades locais e, por vezes, é contrabalanceado pela intrusão dos turistas, além da desigualdade de renda entre os membros das comunidades, aumento da poluição, aumento do custo de vida, entre outros (Wearing; Wearing, 2016).

Desta forma, trabalhar a implementação da atividade turística em áreas ambientalmente sensíveis, deve-se atentar ao planejamento, conforme destacam Alves e Granado (2015), quando se pensa na implantação de qualquer atividade turística, o planejamento é fundamental para organizar e desenvolver o turismo de forma sustentável, de modo que seus impactos negativos sejam minimizados e seus impactos positivos maximizados.

4.4. IMPACTOS DO ECOTURISMO

O Ecoturismo, conforme supracitado, é uma atividade turística que impacta os locais onde desenvolve-se. Desse modo, apresenta-se abaixo o Quadro 03, o qual aponta os impactos positivos e negativos que o Ecoturismo pode gerar.

Quadro 03 - Impactos do Ecoturismo

	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
AMBIENTAIS	Proteção ambiental; Geração de verbas e normas para a fiscalização do meio natural;	Deterioração do meio natural na construção de equipamentos ecoturísticos; Poluição sonora; Modificação da fauna e flora local; Emissão de gases poluentes com o vai e vem de veículos de transporte;
SOCIAIS	Gerador de emprego; Incentivador do TBC (Turismo de Base Comunitária);	Choque cultural entre a população residente e a dos turistas; Pouca intervenção da comunidade

	Aplicação da Educação ambiental; Reconhecimento da cultura local;	local na implementação da atividade ecoturística; Falta de reconhecimento pelo o que está sendo realizado por parte da população residente; Estabelecimento do turismo como única fonte econômica do lugar; Aceleração das mudanças sociais na população residente; Confronto entre a população local por pessoas prós e contra a realização da atividade na área;
ECONÔMICOS	Maior giro de capital nas localidades; Economia não fica estagnada em grandes empresas;	A sazonalidade; Problemas políticos e de infraestrutura dos locais onde a atividade está inserida;

Fonte: Agüera, 2014.

A implementação de qualquer atividade turística pressupõe a alteração da estrutura social, econômica e ambiental das localidades, seja de forma positiva ou negativa. Em relação às transformações positivas, o Ecoturismo destaca-se, pois auxilia na sensibilização ambiental e até mesmo na gestão das áreas onde é implantando, uma vez criam-se diretrizes para o manejo das mesmas. Há benefícios socioeconômicos, a partir da geração de empregos e renda para as comunidades do entorno e para a própria área e há benefícios culturais, por meio da proteção, valorização e fortalecimento da cultura local.

Por outro lado, Agüera (2014) aponta aspectos negativos e destaca a importância de dar atenção a eles. Mesmo que o Ecoturismo esteja alinhado com os princípios da preservação ambiental, ele ainda influencia a paisagem através da construção de infraestruturas turísticas e de apoio, aumenta o número de visitantes, o que pode resultar em degradação ambiental, gera poluição sonora que afeta o deslocamento de animais para outras áreas e emite poluentes atmosféricos devido ao transporte, levando a alterações na fauna e flora.

Na esfera social, o autor Agüera (2014) ressalta que podem surgir problemas relacionados ao choque e a transformação cultural das comunidades receptoras. Há também a geração de conflitos entre pessoas prós e contra a implementação do turismo, conflitos relacionados à pouca participação da comunidade local nas tomadas de decisões, a falta de reconhecimento e respeito às comunidades locais e a falta de alternativas econômicas - em casos em que o turismo é a única fonte de renda.

Como em outros segmentos, por exemplo o turismo de sol e praia, o Ecoturismo pode sofrer com a sazonalidade, podendo concentrar a geração de renda em determinado período, circunstância que pode gerar impactos negativos sobre as comunidades locais, caso estas não façam a gestão financeira adequada para este contexto (Agüera, 2014).

Outro ponto importante, é o impacto sobre as infraestruturas básicas, uma vez que o Ecoturismo massificado e sem planejamento pode afetar o acesso aos serviços básicos, como água e saúde, devido aos altos fluxos turísticos. Contudo, a falta de políticas públicas que viabilizem estes serviços, também poderá afetar negativamente o desenvolvimento do Ecoturismo, visto que a demanda não terá acesso a estes serviços por ineficiência do Estado.

A discussão em torno dos impactos positivos do Ecoturismo é consolidada e bastante difundida, mas é importante destacar também os impactos negativos, uma vez que estes ocorrerão de qualquer forma, cabendo ao profissional responsável pelo planejamento e implantação das atividades, a amenização destes impactos. Também é necessário combater a utopia do Ecoturismo ainda como oposição ao turismo massificado, visto que atualmente o turismo de massa está presente em algumas áreas que desenvolvem o segmento. É necessário refletir que a oposição estaria no Ecoturismo de Base Comunitária, o qual apresenta diferentes premissas de planejamento, gestão e desenvolvimento das atividades turísticas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. ATRATIVOS TURÍSTICOS DA APA DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ

Conforme já mencionado a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná está localizada no município de Rosana/SP, o qual encontra-se no extremo oeste do estado de São Paulo. A cidade conta com um território de 744.011Km², ocupado por aproximadamente 17.440 habitantes de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). O turismo é uma das principais fontes de renda do município, pois conta com diversos atrativos naturais, como por exemplo, o Balneário Municipal, as praias naturais no meio do Rio Paraná, assim como o encontro dos rios, como demonstra a Figura 06.

Figura 06 - Município de Rosana



(Fonte: Prefeitura Municipal de Rosana (s/d) e Autoria própria, 2023)

Conforme a metodologia empregada neste estudo, o preenchimento do Formulário C1 - Unidades de Conservação, fornecido pelo Mtur, foi conduzido para coletar informações sobre os atrativos turísticos presentes na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

É relevante salientar que o município de Rosana concentra sua oferta turística principalmente no Turismo de Sol e Praia e no Turismo de Pesca. Sua infraestrutura turística é direcionada para essas atividades. Um dos elementos essenciais para a realização do turismo é o transporte, que atualmente depende amplamente de veículos particulares e táxis. Embora existam pontos de ônibus na cidade, não há serviços de transporte público como circulares, por exemplo. No entanto, a cidade dispõe de alguns veículos que fazem a ligação entre Rosana e o distrito de Primavera. Esses veículos são disponibilizados pela própria prefeitura, embora seus horários não sejam fixos, o serviço é gratuito.

É importante destacar que, embora Primavera faça parte do município de Rosana e esteja localizado a aproximadamente 14 km de distância, ele não faz parte da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Dado que o foco deste trabalho está na Unidade de Conservação, os serviços turísticos e estruturas do distrito de Primavera não serão considerados nesta seção, tais como o hospital e outros serviços que não estejam diretamente relacionados à APA.

Devido ao fato de ser um município de pequeno porte e distante de grandes centros urbanos, a cidade de Rosana também não dispõe de infraestrutura de transporte como aeroportos, metrô, ferrovias, etc. Em relação à sinalização turística no município, esta é predominantemente voltada para o balneário municipal, não existindo nenhuma sinalização indicando a presença da APA na região. Essa falta de sinalização pode dificultar a compreensão da população local e dos visitantes sobre a presença dessa UC.

Considerando os fatores mencionados e o objetivo de inventariar os atrativos turísticos presentes na APA com base no que foi registrado no Formulário C1 - Unidades de Conservação, o Quadro 04 apresenta os atrativos atuais e potenciais, bem como sua infraestrutura.

Quadro 04 - Infraestrutura de Produtos Ecoturísticos de Rosana-SP

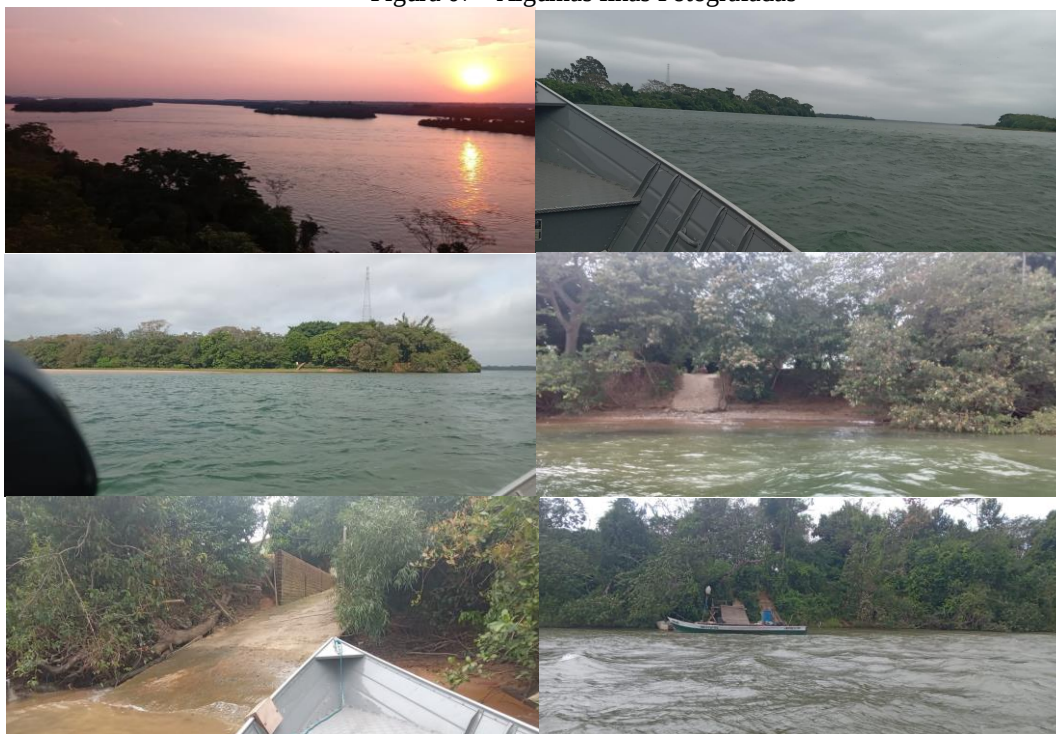
ATRATIVOS	DISPONIBILIDADE																	
	Sinalização		Acessibilidade		Transporte		Estacionamento		Rua Pavimentada		Sanitários		Ponto de Informação Turística		Acesso Gratuito		Wi-Fi	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ilhas		X		X	X			X		X		X		X		X		X
Mirante Municipal	X			X		X	X			X		X		X	X		X	
Encontro dos Rios		X		X	X			X		X		X		X	X			X
Trilha das Três Rampas		X		X		X		X		X		X		X	X			X
Balneário Municipal	X		X			X	X		X		X			X	X		X	
Rios e Praias Naturais		X		X	X			X		X		X		X	X			X

(Fonte: Autoria Própria, 2023)

5.1.1. DESCRIÇÃO DOS ATRATIVOS ECOTURÍSTICOS

- **Ilhas:** As ilhas no município de Rosana abrigam extensas áreas verdes, proporcionando aos visitantes uma experiência intensa de contato com a natureza.

Figura 07 - Algumas Ilhas Fotografadas



(Fonte: Autoria própria, 2023)

A visitação a essas ilhas é possível apenas por vias fluviais, e caso os interessados em conhecê-las não possuam seu próprio meio de transporte, podem contratar os serviços de barqueiros que estão disponíveis no Balneário Municipal da cidade para realizar passeios.

Essas ilhas possuem um potencial considerável para atividades ecoturísticas, como por exemplo: trilhas, passeios de caiaque, mergulho e turismo de observação da vida silvestre. No entanto, atualmente, apenas o turismo náutico e o turismo de sol são explorados nesses locais. Aproveitar e investir nesse potencial, transformaria as ilhas em um atrativo ecológico notável para a promoção do turismo sustentável na região.

Vale ressaltar que, dentro dessas ilhas, ainda residem moradores locais, os quais poderiam desempenhar um papel importante no TBC, oferecendo comidas e bebidas típicas, atuando como guias e até mesmo disponibilizando hospedagens. Compreende-se que ações nessa linha contribuíram significativamente para a valorização da cultura local e proporcionariam uma experiência turística mais autêntica aos visitantes.

- **Mirante Municipal:** é uma das estruturas turísticas mais recentes em Rosana. Localizado em um ponto elevado, oferece uma vista privilegiada da paisagem das ilhas e do Rio Paraná, conforme demonstra a Figura 08.

Figura 08 - Mirante Municipal de Rosana



(Fonte: Prefeitura de Rosana (s/d) e autoria própria, 2022)

Apesar de ser um atrativo relativamente novo, ele possui uma infraestrutura adequada, incluindo até mesmo acesso à rede Wi-Fi. No entanto, há alguns aspectos a serem considerados.

O acesso ao mirante é feito por via não pavimentada, o que pode ser um desafio, especialmente em condições climáticas adversas. Além disso, o atrativo não dispõe de instalações sanitárias, o que pode ser inconveniente para os visitantes. Também é importante notar que o Mirante Municipal não oferece acessibilidade inclusiva, uma vez que possui uma grande escadaria e a ausência de pisos táteis, o que torna o local pouco acessível para pessoas com deficiência (PcDs).

Apesar desses desafios, o Mirante Municipal já está desempenhando um papel significativo no incentivo ao turismo sustentável na região, proporcionando oportunidades para realização de fotos e o turismo de observação da vida silvestre.

- **Encontro Dos Rios:** este local é conhecido pelo fenômeno ambiental do encontro dos Rios Paraná e Paranapanema, o qual gera uma mistura de coloração entre as águas,

além de ser uma tríplice fronteira - entre os estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, conforme demonstra a Figura 09 abaixo:

Figura 09 -Encontro dos Rios



(Fonte: Prefeitura Municipal de Rosana, s/d)

Atualmente, sua visitação pode ser realizada por vias fluviais e terrestres, porém, assim como o acesso do Mirante do município, o trajeto para o Encontro dos Rios também não é pavimentado, e apesar de ser um enorme atrativo, o local não conta com infraestrutura adequada para receber turistas, apenas uma pequena estrutura sinalizando que ali se encontra o marco-zero do estado de São Paulo e a divisa entre os três estados.

Pela localização estratégica e por sua importância ambiental, o local poderia receber uma infraestrutura turística que possibilitasse o turismo de observação da vida selvagem e da paisagem, o astroturismo, trilhas e a prática do trekking, uma vez que está há, aproximadamente, 10 Km do balneário municipal.

Esse local até recentemente não era considerado um atrativo pela gestão turística de Rosana. No entanto, durante as entrevistas, um dos gestores afirmou que o atrativo foi consolidado por turistas e moradores locais, os quais passaram a visitar o local, criando assim uma clareira que atualmente é utilizada como estacionamento de veículos. Além disso, o local enfrentou problemas de desbarrancamento, como evidenciado na declaração do gestor.

- **Trilha das Três Rampas:** esta trilha é um pequeno trajeto por dentro da mata que interliga as Três Rampas (local conhecido para o embarque e desembarque de barcos) ao Balneário Municipal de Rosana, possuindo um pequeno circuito de aproximadamente 100 metros e de dificuldade baixa. No entanto, não possui sinalização adequada, como também não recebe a manutenção necessária. Durante a coleta de dados foi possível observar a dificuldade para acessá-la, por estar completamente inativa e com mata fechada, o que compromete o seu grau de

atratividade. Para a realização do Ecoturismo, a Trilha das Três Rampas poderia ser considerada uma atrativo para o turista que busca o contato com a natureza.

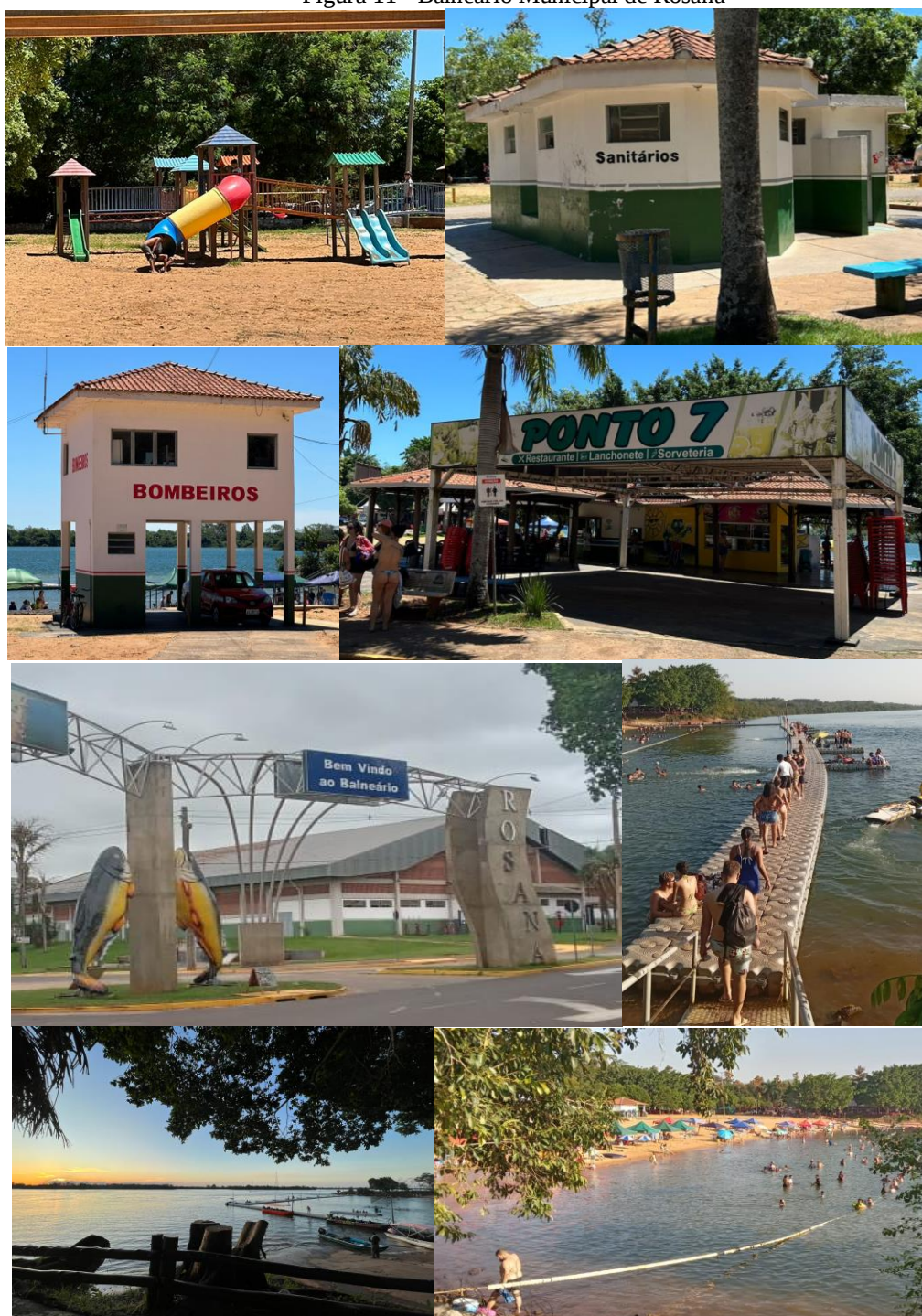
Figura 10 - Entrada da Trilha das Três Rampas



(Fonte: Autoria própria, 2023)

- **Balneário Municipal:** este atrativo é o mais famoso do município de Rosana juntamente com as Praias que se formam no meio do Rio Paraná. O Balneário conta com infraestrutura turística, a qual é composta por banheiros, bares, restaurantes e playground, além de uma infraestrutura para a realização de eventos municipais (shows) e esportes aquáticos.

Figura 11 - Balneário Municipal de Rosana



(Fonte: Autoria própria, 2023)

Destaca-se que a maioria dos eventos realizados pelo município tiveram como cenário o Balneário Municipal e evidenciam a incorporação significativa de elementos característicos do Ecoturismo. A exemplos disso cita-se: a 5ª Corrida de Rua, o 1º Passeio de Caiaque e a soltura de 10 mil peixes.

Figura 12 - Atividades realizadas no Balneário Municipal

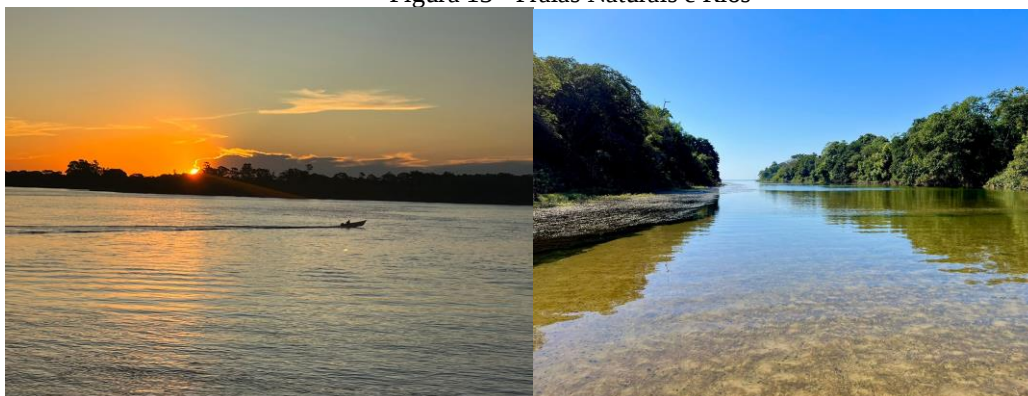


(Fonte: Instagram do Município de Rosana, 2023)

- **Rios e Praias Naturais:** os rios que passam pelo município de Rosana não apenas incorporam o Balneário Municipal como um atrativo, mas também, por si só, se apresentam como um atrativo de destaque. Nesta localidade, além do turismo convencional de sol e praia, as águas dos rios desempenham um papel crucial na geração de energia por meio das usinas hidrelétricas Engenheiro Sérgio Motta e Usina Hidroelétrica Rosana.

Adicionalmente, os rios Paraná e Paranapanema proporcionam um ambiente propício para a prática da pesca, dando origem ao turismo de pesca, um segmento consolidado no município.

Figura 13 - Praias Naturais e Rios



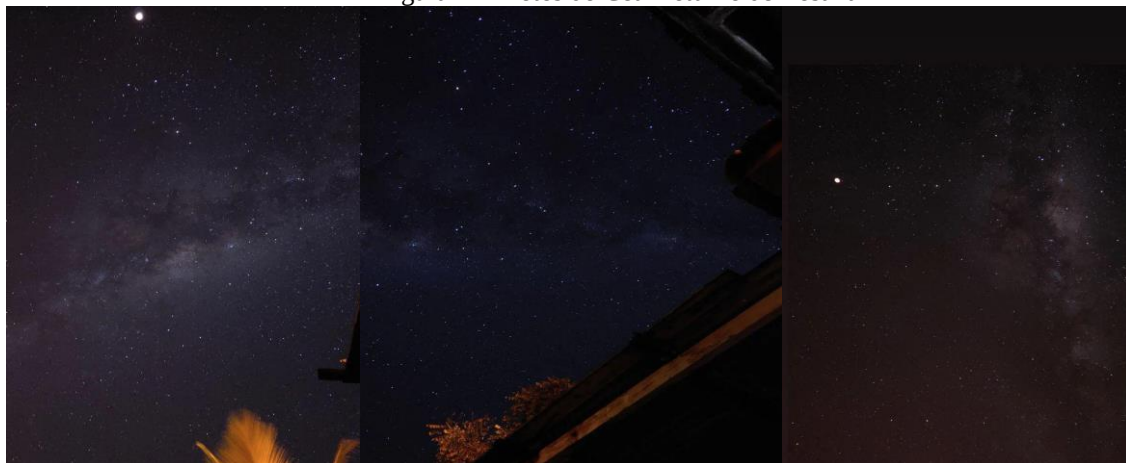
(Fonte: Autoria própria, 2023)

5.1.2. POSSÍVEIS ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS

A coleta de dados revelou-se uma variedade de atrativos turísticos dentro das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná que não são explorados, como por exemplo:

- **Astroturismo:** Por ser uma APA longe de grandes centros urbanos o local possui pouca poluição luminosa, o que é fundamental para o desenvolvimento da atividade, a qual consiste na observação do céu noturno (estrelas, lua, eclipse, entre outros) neste aspecto possuem estudos dos autores Lima, Honorato e Violin (2022) que demonstram o grande potencial da realização do Astroturismo em Rosana.

Figura 14 - Fotos do Céu Noturno de Rosana



(Fonte: Autoria própria, 2023)

- **Caiaque e Canoagem:** por possuir um grande recurso hídrico, poderiam ser desenvolvidas atividades como a canoagem e o passeio de caiaque, as quais utilizam de forma indireta os recursos naturais, o que consequentemente diminui os possíveis impactos negativos oriundos do turismo.

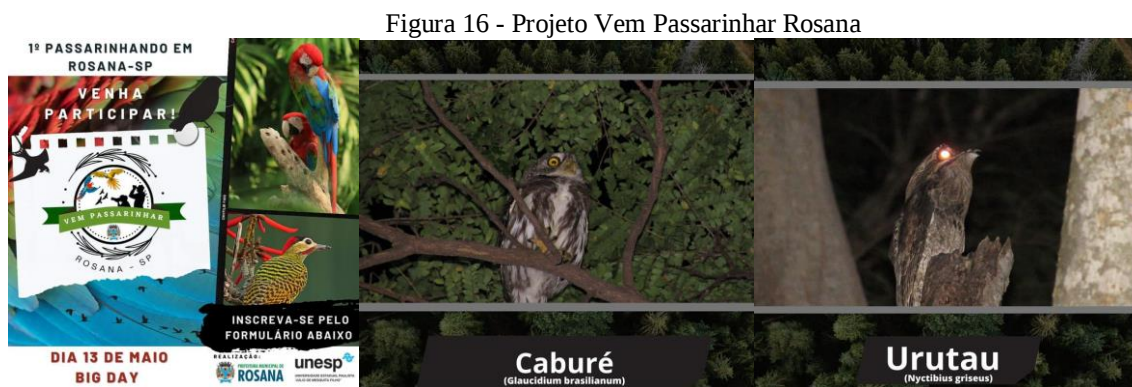
Vale ressaltar que esta atividade ocorre de maneira incipiente e sem planejamento turístico. Como única atividade desenvolvida, cita-se o 1º Passeio Ecológico de Caiaque (Figura 15), evento que ocorreu no Balneário Municipal, com um trajeto de 14 Km até o Porto Maringá, em Marilena/PR. A continuidade desse tipo de evento ou a promoção de atividades relacionadas ao passeio de caiaque e a canoagem, podem auxiliar na diversificação da oferta turística do município de Rosana, bem como promover o desenvolvimento local e sensibilizar ambientalmente o turista por meio do contato com os recursos naturais.

Figura 15 - 1º Passeio Ecológico de Caiaque



(Fonte: Autoria própria, 2023)

- **Turismo de Observação da Vida Silvestre:** como já mencionado, a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná possui um grande número de animais silvestres, este fator pode ser um grande incentivador para o Turismo de Observação. Vale destacar que há uma parceria entre a prefeitura de Rosana, juntamente com a UNESP (Universidade Estadual Paulista), em que desenvolve-se o Projeto Vem Passarinho Rosana com apoio do Instituto Mamede, a quem cede os equipamentos. Este projeto consiste na observação de aves do município e do distrito de Primavera, com a finalidade de identificar e catalogar as espécies de aves da região, porém não ocorre necessariamente na APA. Dessa forma, cabe à gestão turística municipal observar as atividades que estão sendo desenvolvidas no município e planejá-las para serem praticadas na APA, traçando objetivos relacionados ao desenvolvimento turístico e à proteção ambiental.



- **Mergulho Guiado:** dentro da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná há possibilidade de desenvolver o mergulho guiado, o qual é basicamente o mergulho, podendo ser realizado em águas profundas, com o auxílio de equipamentos e acompanhamento de um profissional. As águas presentes em alguns pontos na APA são calmas e possuem grande visibilidade, devido a sua transparência, características que possibilitam o desenvolvimento desse tipo de atividade.
- **Trilhas/Trekking:** essa atividade consiste principalmente em caminhadas curtas pela mata, com duração máxima de um dia, e o uso de equipamentos básicos guardados em uma mochila. É importante destacar que o trekking é uma atividade semelhante, porém, realizada por mais de um dia, requerendo pernoite, normalmente em acampamentos, ao longo da trilha. A APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná oferece uma vasta área verde, em que já há a existência de uma trilha, a Trilha das Três Rampas. Embora esteja atualmente inativa, essa trilha poderia ser um atrativo interessante para entusiastas dessa prática. Vale ressaltar que a prática das trilhas é um dos pontos fortes do Ecoturismo, pois esta atividade estabelece o contato do homem com a natureza, sendo este um dos princípios do Ecoturismo.
- **Camping:** essa atividade envolve, essencialmente, a prática de acampamento ao ar livre, onde os participantes pernoitam em meio à natureza, utilizando equipamentos como barracas, colchões infláveis e lanternas para criar abrigos temporários. Além de proporcionar contato com a natureza, o camping também serve como uma forma de escapar da rotina urbana. Vale ressaltar que essa atividade ocorre em Rosana, no Balneário Municipal, porém não com o intuito de desenvolver o Ecoturismo. Uma ressalva importante é que a área, atualmente utilizada para o camping, é proibida, uma vez que possui uma torre de transmissão de energia, o que representa risco de morte

para os turistas. No entanto, a falta de fiscalização permite que os turistas utilizem a área e sua estrutura. Além disso, o camping não é realizado em áreas mais internas da APA e por esta razão surge como uma sugestão de atividade ecoturística.

Figura 17 - Camping no Balneário Municipal



(Fonte: Autoria própria, 2023)

Uma sugestão de local seria a áreas das Três Rampas, onde há uma clareira, atualmente utilizada como estacionamento. No entanto, acredita-se que transformar parte desse espaço em uma área de camping, seria benéfico para o desenvolvimento do Ecoturismo na região.

Figura 18 - Três rampas, estacionamento



(Fonte: Prefeitura Municipal de Rosana, s/d)

5.1.3. POPULAÇÃO LOCAL E O ECOTURISMO: INTERESSE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A maioria dos habitantes da APA trabalha com passeios/transporte de barcos, como motoristas particulares de turistas que visitam o pontal paulista para a prática da pesca e com serviços de limpeza, em que higienizam as casas de veraneio de turistas, conhecidas na região como “ranchos” (Figura 19).

Figura 19 - Propriedade de turistas



(Fonte: Autoria própria, 2023)

As ilhas existentes na APA são ocupadas por diversas casas de veraneio, conforme demonstrado na Figura 19, e por casas de moradores locais, os quais têm esse território como local de moradia e subsistência. Entretanto, apesar dessas características habitacionais, a APA é primeiramente uma área de proteção ambiental, circunstância que tem gerado diversos conflitos socioambientais entre o órgão ambiental (ICMBio), o poder público e a esfera privada, devido aos diferentes interesses de utilização dos recursos naturais.

Nesse contexto, foi identificado a preocupação da população local com a possibilidade de desocupação das ilhas, uma vez que a ocupação, seja para moradia ou para turismo, são irregulares, pois trata-se de uma área de proteção ambiental regida tanto pelo SNUC como pelo Código Florestal.

Segundo a gestão turística municipal, o território da APA pertence à esfera federal, dessa forma, o ICMBio e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) estão analisando as questões relacionadas à ocupação dessa área, conforme relato do entrevistado (denominado como Gestor 2) abaixo:

As ilhas são da União, então a SPU cuida disso. Esse pessoal tomou posse há muitos anos, entraram nas ilhas. Antigamente, tinha muito rancho. Não podem ficar nas ilhas, porque o próprio ICMBio já vem trabalhando nisso em algumas ilhas. E vai chegar um momento que vai vir nas nossas ilhas também, nas 16 ilhas, e vai acabar tirando. Provavelmente, devem ficar por último os pescadores. (Gestor 2, 2023)

Entende-se que essa situação ocorre, em certa medida, pela ausência do plano de manejo, um documento que forneceria orientações detalhadas sobre as áreas e atividades permitidas e bem como as áreas restritas e atividades proibidas, o que auxiliaria a gestão ambiental e amenizaria esse cenário de conflito socioambiental. Em relação a essa questão, a gestão municipal afirma que está trabalhando, junto ao órgão ambiental, para que o plano de manejo seja elaborado. No entanto, ressaltam que lutarão “para que seja um plano de manejo que fique bom para o município e o estado de São Paulo” (Gestor 2, 2023).

É importante destacar que nesse conflito socioambiental a precarização do trabalho fica evidente, uma vez que a população local acabam defendendo a permanência das casas de veraneio nas ilhas, pois veem nisso uma fonte de emprego, como por exemplo, a limpeza dessas casas.

Outro esfera do conflito socioambiental existente na APA, é a desconfiança/medo que a comunidade local tem do ICMBio. Alguns entrevistados revelaram que diversos moradores foram multados pelo órgão por crimes ambientais ligados ao desmatamento, à pesca em período de defeso ou por instalação de infraestrutura proibidas.

Pode-se afirmar que esse contexto está relacionado ao baixo nível de sensibilização ou conhecimento ambiental da população local e dos turistas que ocupam o local com suas casas de veraneio. Agüera (2014) afirma que em muitos casos a população local não compreende o que está sendo realizado, como também não entendem o que estas localidades possuem de tão importantes para a conservação da biodiversidade, circunstância que demonstra a fragilidade da educação ambiental no contexto brasileiro.

Conforme argumentado por Ramos (2004), um turismo voltado à educação ambiental traria para os envolvidos não apenas sensibilização na atividade turística, mas também contribuiria significativamente para a sustentabilidade ambiental. Em relação a área de estudo, o exercício da educação ambiental viabilizaria a preservação dos ecossistemas e auxiliaria no reconhecimento e valorização do trabalho relacionado à proteção da natureza que os órgãos ambientais realizam. Isso poderia se traduzir em uma estratégia não apenas para a proteção da natureza, mas também para a manutenção das comunidades em seu local de moradia.

Em relação ao apoio da gestão municipal para o desenvolvimento do turismo dentro da APA, quando questionados, a população local afirmou, de forma unânime, não receber

nenhum tipo de suporte. Essa afirmação foi confirmada pela gestão turística municipal. Conforme destaca Valls (2006) o sucesso da atividade turística depende da colaboração de seus principais agentes, que incluem gestores, turistas e moradores. A ausência de comprometimento ou cooperação por parte de um desses agentes pode comprometer o modelo de turismo almejado, conforme discutido por Valls (2006).

O autor Soares (2005) afirma que em alguns destinos turísticos, a população local não consegue fomentar o desenvolvimento do turismo, devido a sua fragilidade socioeconômica. Nesse contexto, as aplicações financeiras vêm de agentes externos, sendo pertinente que venham do poder público, para se evitar a dependência econômica dessa população em relação a entidades privadas, as quais comumente buscam a acumulação de capital. A partir dessa perspectiva, entende-se que se a gestão municipal não possui orçamento suficiente para essa forma de apoio, é necessário buscar auxílio em outras esferas públicas, como a estadual ou federal.

Vale ressaltar que uma parcela considerável dos entrevistados, tanto os moradores locais quanto os trabalhadores que atuavam no balneário de Rosana, ao serem indagados sobre outras atividades que gostariam de desenvolver no contexto do turismo, manifestaram certo interesse no Ecoturismo. Contudo, o interesse predominante é no desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo de sol e praia. Acredita-se que essa posição seja atribuível à falta de familiaridade com os demais segmentos de turismo.

Outro ponto importante sobre o desenvolvimento da atividade turística na APA, é a sazonalidade. Como o segmento de sol e praia é o predominante, a atividade turística fica presa aos períodos mais quentes, impossibilitando que a população local tenha o turismo como a única fonte de renda. Nesse cenário, quando questionados sobre isso, a população local alterna entre o desenvolvimento do turismo, a prática da pesca e a realização de atividades como barqueiros particulares e de limpeza, já que na maioria dos entrevistados quando indagados sobre o turismo sustentar suas famílias dizem que é totalmente dependente das épocas de temporada altas.

Esse contexto demonstra a necessidade de desenvolver outros segmentos do turismo, objetivando alcançar a diversidade da oferta turística. A promoção do ecoturismo não apenas diversificaria a oferta turística, mas também introduziria uma nova atividade econômica, possibilitando maior estabilidade econômica para todos os atores envolvidos no desenvolvimento turístico da localidade.

De fato, a gestão da atividade turística torna-se particularmente complexa quando se envolvem UCs e comunidades locais. No caso de Rosana, essa complexidade é evidenciada

na declaração de um dos entrevistados quando questionado sobre como planejam desenvolver o turismo nas Ilhas e Várzeas do Rio Paraná:

É uma APA federal! Então, qualquer intervenção ali seria muito complicado, assim como está sendo a beira da margem do Rio Paraná, que tem um entrave do Rio Urbo já há algum tempo e agora foi decretada a desocupação dessa área... por quaisquer pessoas. Então plano para desenvolver atividade turística nas ilhas, não há! (Gestor 1, 2023)

Em outras palavras, todas as intervenções ou iniciativas promovidas pela prefeitura de Rosana dentro da APA requerem consulta e aprovação do órgão ambiental federal (ICMBio). Além de relatar a impossibilidade de efetuar qualquer intervenção, um dos gestores entrevistados também critica o profissionalismo daqueles responsáveis pela criação da APA. Ele ressalta que o município de Rosana, assim como o estado de São Paulo, não estão mencionados no próprio decreto de criação da Unidade de Conservação. Esse relato fica evidente no seguinte trecho: “[...] dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Brasil, 1997).

Além disso, o gestor faz uma reflexão em torno do poder econômico dos consórcios que operam dentro da APA, representando os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul em conjunto ao ICMBio. Segundo ele, esses consórcios recebem financiamento das prefeituras locais e cada prefeitura defende os interesses de seu respectivo estado em relação às questões envolvendo a APA.

São 25 municípios que compõem a APA. Só que o município de Rosana é o mais prejudicado dos 25 municípios. Por quê? Porque é o único município que está inserido nessa APA no estado de São Paulo. Então, no Paraná, nós temos 14 municípios que compõem a APA. Desses 14 municípios, existem dois consórcios, o Comafen e o Coripa. Esses consórcios, quem sustenta ele, quem segura ele, são as prefeituras. As 14 prefeituras que bancam com dinheiro (Gestor 2, 2023)

De acordo com as informações do ICMBio (com sede em Umuarama-PR) esses consórcios fazem parte de um programa chamado de GCIP (Gestão Compartilhada, Integrada e Participativa) com o intuito de unir esforços em prol da UC, onde;

A Gestão Compartilhada acontece a partir das parcerias com as prefeituras municipais e consórcios públicos intermunicipais como o CORIPA (Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência) e o COMAFEN (Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná). Mais recentemente houve uma aproximação com o CONISUL (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do

Sul) e o CODEVALE (Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema). A Gestão Integrada se concretiza junto ao Parque Nacional (Parna) de Ilha Grande e na aproximação de outras UCs estaduais e municipais. Por fim, a chamada Gestão Participativa está se consolidando por meio do Conselho Gestor da APA com 55 instituições representadas e que tem participado ativamente das decisões da UC. (ICMBio, 2023)

Observa-se que, devido a Rosana ser o único município do estado de São Paulo dentro da UC e por não fazer parte de um consórcio, sua capacidade econômica e sua representatividade dentro do Conselho Gestor é limitada, circunstância que pode, em certo grau, dificultar a atuação da gestão no conselho.

É importante destacar que, durante a condução deste trabalho, as entrevistas foram igualmente enviadas ao ICMBio, que detém a responsabilidade pela gestão da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. No entanto, não foram obtidas respostas por parte do ICMBio, o que limitou a possibilidade de um aprofundamento mais abrangente das questões que geram conflitos dentro da Unidade de Conservação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a implementação de atividades turísticas, especialmente dentro de uma UC, é um processo complexo. Além de atender às diretrizes ambientais, a atividade deve ser cuidadosamente planejada de modo a ser benéfica para os habitantes locais e para proteção da natureza. É essencial encontrar um equilíbrio que permita tanto a preservação ambiental quanto a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

No caso da APA das Ilhas e Várzea do Rio Paraná, a ausência de uma diversificação da oferta turística mantém a população local presa ao turismo de sol e praia, à pesca e à prestação de serviços aos proprietários de casas de veraneio, circunstância que dificulta o avanço do desenvolvimento local e da inclusão social por meio do turismo. Somando-se a este contexto, têm-se os conflitos socioambientais relacionados à desocupação da APA, em que fica evidente a falta de sensibilização ambiental da população.

Entende-se que a promoção de atividades que permitam a integração da comunidade local no setor turístico e que respeitem os princípios da sustentabilidade, pode ser benéfica para todas as partes envolvidas, ajudando a garantir a conservação do ambiente natural e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Contudo, a ampliação das práticas do ecoturismo na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná depende de um processo de transformação na gestão turística e ambiental. Isso ocorre em função dos conflitos socioambientais persistentes entre a população local, a gestão municipal e o órgão ambiental responsável pela área. Para alcançar um modelo de turismo sustentável em tal ambiente, será essencial superar essas barreiras e estabelecer um diálogo eficaz entre todas as partes interessadas.

De fato, o município de Rosana possui um considerável potencial para o ecoturismo, dado seu rico patrimônio natural que já atrai diversos turistas. No entanto, essa potencialidade é substancialmente subutilizada, uma vez que a gestão, a população local e trabalhadores do turismo parecem estar acomodados ao turismo de sol e praia, segmento que não atende as expectativas de diversificação da oferta turística e, conseqüentemente, de desenvolvimento local.

Atividades ecoturísticas como trilhas, mergulhos, camping, canoagem, caiaque, astroturismo, entre outras poderiam ser desenvolvidas com custo relativamente baixo, devido a pouca infraestrutura que precisam para seu desenvolvimento. Porém para que essas opções sejam viáveis é necessário que os atores envolvidos no planejamento turístico tenham uma percepção mais ampla da atividade turística e dos seus impactos positivos sobre as localidades

receptoras e que busquem desenvolver um plano turístico que considere efetivamente a potencialidade turística da área, bem como, considere a natureza preservada como parte da atratividade.

Por fim, é importante destacar que poucos trabalhos de pesquisa com os moradores da APA foram desenvolvidos, evidenciando o conhecimento superficial sobre o contexto turístico e socioambiental dessa população. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para pesquisas futuras e sirva como um ponto de partida para a discussão sobre a relevância de um esforço conjunto entre comunidade local e gestores turísticos e ambientais em prol da diversificação da oferta turística, da preservação da natureza e do desenvolvimento local.

7 REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Conceptualización, origen y evolución del turismo**. México: Trillas, 2007.

AGÜERA, Francisco Orgaz. Los impactos económicos, sociales y medioambientales negativos en el ecoturismo: Una revisión de la literatura. **Nómadas: Critical Journal of Social and Juridical Sciences**, n. 42, p. 139-148, 2014.

ALCÂNTARA, Christiane Madalena Matheus. O Despertar da Consciência Ambiental nas Empresas: o surgimento do Gerenciamento Ecológico. **Resende: Seget**, 2006.

ALVES, Glenda Lislíe Maciel; GRANADO, Danielli Cristina. Turismo e Impactos Ambientais no Balneário Municipal de Rosana-SP. **Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Presidente Prudente, p.894-902, Out. de 2015.

ARAÚJO, Guilherme Pinto; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo: Visão e Ação**, v. 10, n. 3, p. 358-377, 2008.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS ILHAS E VÁRZEAS DO RIO PARANÁ. **Unidades de Conservação no Brasil**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1266>. Acesso em: 4 de Out. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 5786 de 30 de Set. de 1997. **Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e dá outras providências**. Brasília-DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1997/Dnn5786.htm#:~:text=DNN%205786&text=DECRETO%20DE%2030%20DE%20SETEMBRO,Sul%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em 18 de Out. de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/map>. Acesso em 04 de Set. de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 17 de Out. de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em: 16 de Dez. de 2022.

BUENO, Fernando Protti; PIRES, Paulo dos Santos. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. **Seminário de pesquisa em turismo do MERCOSUL**, v. 4, 2006.

CALAMANTE, Verônica Maria dos Santos. **Parque Natural Municipal Salto Botelho em Lucélia-SP: um estudo para sua implementação**. 2022.

CORIOLO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, ago. 2014.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. Editora Edgard Blücher. São Paulo, v. 264, 1977.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008.

GANZALA, Gabryelly Godois. A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI. **Uninter**. Curitiba, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GRANADO, Danielli Cristina; ROMERO, Luiz Rogério. Lazer e Turismo na Represa de Jurumirim. In: HENRY, Raoul. **Represa de Jurumirim: ecologia, modelagem e aspectos sociais**. Ribeirão Preto - SP. Holos Editora, 2014. p. 367 - 376.

GREENPEACE. **Amazônia perdeu 10.267 km² em 2022**. 2023. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amazonia-perdeu-10-267-km%C2%B2-em-2022-aponta-deter/?appeal=21057&utm_source=google&utm_medium=paid&utm_campaign=florestas&utm_content=aq_20230206_grants&utm_term=desmatamento%20na%20amazonia&utm_campaign=&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=7235609613&hsa_cam=19664562138&hsa_grp=147414698153&hsa_ad=647783087271&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-296239122182&hsa_kw=desmatamento%20na%20amazonia&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=Cj0KCQjwuNemBhCBARIsADp74QRwLLa2WjEWiZSrtaOTyjU_ZPLJLb-O0DelkeJDicNR7_JiVek-vMaAtRFEALw_wcB. Acesso em 11 de Ago. de 2023.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

HINTZE, Hélio César. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo?. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 2, n. 1, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rosana SP. Cidades e Estado. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/rosana.html>. Acesso em 01 de Nov. de 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/apa-das-ilhas-e-varzeas-do-rio-parana>. Acesso em: 18 de Out. de 2022.

INSTITUTO ECOBRASIL. Ecoturismo – Turismo Sustentável. Manaus, 2000. Disponível em: <http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/acordo_de_mohonk.pdf>. Acesso em 22 de Abr. de 2023.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 1, p. 38-45, 2004.

LEUNG, Yu-Fai et al. Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. **UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza)**, 2019. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-027-Pt.pdf>. Acesso em 24 de Ago. de 2023.

MARQUES, Anésio Da Cunha; NUCCI, João Carlos. Planejamento, gestão e plano de manejo em unidades de conservação. **Revista Ensino e Pesquisa (União da Vitória)**, v. 4, p. 33-39, 2007.

MENDES, Jaime Nogueira; FERREIRA, Marcos César. Afinal, o que é Ecoturismo?. **GEOGRAFIA**, v. 35, n. 2, p. 399-410, 2010.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. **Herman, AB (coordenação)**, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, tecnologia e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITRAUD, Sylvia. et al. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária. Brasília: **WWF Brasil**, Nov. de 2003.

NARVAEZ, Estela Lucía. El turismo alternativo: una opción para el desarrollo local. **RevIISE: Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, v. 6, n. 6, p. 9-18, 2014.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

OPPLIGER, Emilia Alibio; DE OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; BASSINELLO, Patrícia Zaczuk. Turismo em Áreas Naturais. **Caderno de Geografia**, v. 32, n. 70, p. 1078-1078, 2022.

PIRES, Paulo dos Santos. A Dimensão Conceitual do Ecoturismo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75-92, 1998.

RAMOS, Gilmar Cristina. Turismo e meio ambiente. **UniFMU**, São Paulo, 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 1-29, 2003.

ROSANA. **Instagram: @municipioderosana.** Disponível em: <https://www.instagram.com/municipioderosana/>. Acesso em 20 de Out. de 2023.

ROSANA. **Portal de Turismo: Atrativos**, Prefeitura Municipal de Rosana. Disponível em: <https://www.rosana.sp.gov.br/turismo/atrativos/>. Acesso em 15 de Out. de 2023.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas – SP: Papirus Editora, 1997.

SÃO PAULO. ICMS Ecológico, **Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**. São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/icms-ecologico/#>. Acesso em 29 de Nov. de 2023.

SOARES, L. A. S. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 4, p.89-98, 2005.

SOTO, Nidia Rebollo. Ecoturismo. **Red Tercer Milenio S.C.** Tlalnepantla, Estado de México. 2012. Disponível em: <http://up-rid2.up.ac.pa:8080/xmlui/handle/123456789/2036>. Acesso em: 05 de Dez. de 2022.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. FGV Editora, 2006.

VEM PASSARINHAR ROSANA. **Instagram: @vempassarinhar.rosana**. Disponível em: <https://www.instagram.com/vempassarinhar.rosana/>. Acesso em 01 de Nov. de 2023.

VIOLIN, Fábio Luciano; HONORATO, Vitor Barbato; LIMA, Ana Beatriz Rodrigues. The Night Sky as a heritage of humanity and Astrotourism as a tourist potential in the rural regions of Rosana/SP. **Applied Tourism**, v. 7, n. 2, p. 22-28, 2022.

XAVIER, Erick Caldas; ARAUJO, Letícia Nunes; KIRCHHEIM, Pablo Davi. Gestão Integrada, Compartilhada e Participativa Protege APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. **ICMBio**, Brasília-DF. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/praticasinovadoras/todas-as-praticas/231-gestao-compartilhada-integrada-e-participativa-protege-apa-ilhas-e-varzeas-do-rio-parana.html>. Acesso em 18 de Out. de 2023.

WEARING, S. J.; WEARING, M. Ecotourism or eco-utilitarianism: exploring the new debates in ecotourism. In: NORUM, R.; MOSTAFANEZHAD, M.; SHELTON, E. J.; THOMPSON-CARR, A. (Eds.). **Political ecology of tourism: community, power and the environment**. London/New York: Routledge, 2016, p. 188-206.

APÊNDICE I – Perguntas direcionadas aos Moradores e Gestores da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná

ENTREVISTAS MORADORES

1. Você trabalha com turismo? Se sim, quais atividades realiza?
2. Você desenvolve estas atividades durante o ano inteiro? Se não, em qual período as desenvolve?
3. Quais atividades relacionadas ao turismo gostaria de realizar?
4. O turismo gera uma renda capaz de sustentar você e sua família?
5. Recebe algum apoio da prefeitura para trabalhar com o turismo? Qual?
6. O que o turismo gera sobre você e sua família? (poluição, renda, prostituição)

ENTREVISTAS GESTORES TURÍSTICOS

1. Como pretendem desenvolver o turismo na APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná?
2. Quais atividades turísticas ocorrem atualmente na APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná?
3. De que forma incentivam o desenvolvimento turístico da população que reside na APA?
4. Possuem interesse em desenvolver atividades relacionadas ao Ecoturismo na APA? Como?
5. Quais impactos ou conflitos o turismo gera sobre a população e sobre os recursos naturais existentes na APA.

APÊNDICE II - Formulário Tipo C1 - Unidades de Conservação

	MINISTÉRIO DO TURISMO Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA	
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS		
UF: <u>SP</u> REGIÃO TURÍSTICA: <u>Pontal do Paranapanema</u> MUNICÍPIO: <u>Horizonte</u>		
IDENTIFICAÇÃO		
Tipo: (6) C.1.6. Unidades de conservação e similares	Subtipos: ☒ C.1.6.1. Área de proteção ambiental (2) C.1.6.2. Área de relevante interesse ecológico (3) C.1.6.3. Estação ecológica (4) C.1.6.4. Floresta (5) C.1.6.5. Monumento natural (6) C.1.6.6. Parque (7) C.1.6.7. Refúgio de vida silvestre (8) C.1.6.8. Reserva biológica (9) C.1.6.9. Reserva extrativista (10) C.1.6.10. Reserva de desenvolvimento sustentável (11) C.1.6.11. Reserva de fauna (12) C.1.6.12. Reserva particular do patrimônio natural (13) C.1.6.13. Zoológico (14) C.1.6.14. Jardim botânico (15) C.1.6.15. Outras	
1. INFORMAÇÕES GERAIS		
1.1. Nome oficial <u>APA dos Ilhos e Várzeas de Rio Paraná</u>		
1.2. Nome fantasia		
1.3. Natureza ☒ Pública (2) Privada (3) Outra _____		
1.4. Tipo de organização/instituição (1) Associação (2) Sindicato (3) Cooperativa (4) Sistema S (5) Empresa (6) Outros _____		
1.5. Localização ☒ Urbana (2) Rural		
1.6. Coordenadas geográficas		
1.6.1. Latitude <u>-53.064025</u>		
1.6.2. Longitude <u>-22.571758</u>		
1.7. Endereço		
1.7.1. Bairro/localidade <u>Rua Nossa Senhora das Navegantes</u>		
1.7.2. Distrito <u>Horizonte</u>		
1.7.3. CEP <u>19273-000</u>		
1.8. Sinalização		
1.8.1. De acesso ☒ Sim (2) Não		
1.8.2. Turística ☒ Sim (2) Não		
1.9. Proximidades		
☒ Restaurante ☒ Bar/lanchonete ☒ Meio de hospedagem (4) Shopping (5) Galeria/rua comercial (6) Centro de convenções/exposições ☒ Posto de combustível (8) Outras _____		

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
---	---	---

1.10. Distâncias (km)

1.10.1. Aeroporto 20,1 Km 1.10.2. Estação rodoviária 1,5 Km 1.10.3. Estação ferroviária 386 Km
 1.10.4. Estação marítima/fluvial 86,7 Km 1.10.5. Estação metroviária 742 Km 1.10.6. Ponto de ônibus 1,3 Km
 1.10.7. Ponto de táxi 13,1 Km 1.10.8. Sede do município 1,4 Km 1.10.9. Localidade mais próxima 700m
 1.10.10. Outras _____

1.11. Pontos de referência
balneário municipal de Itarana-SP

1.12. Entidade mantenedora ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)

1.12.1. Esfera administrativa
☒ Federal (2) Estadual (3) Municipal (4) Particular (5) Concessão (6) Outras _____

1.12.2. Endereço eletrônico (e-mail) mgj.icmbio@icmbio.gov.br

1.12.3. Sítio eletrônico (site/página na web) www.gov.br/icmbio/pt.br

1.13. Plano de manejo (1) Sim ☒ Não

2. FUNCIONAMENTO

2.1. Estrutura de funcionamento

2.1.1. Visitação ☒ Sim (2) Não

2.1.1.1. Finalidade da visita ☒ Passeio (2) Aventura (3) Religiosidade (4) Pesquisa (5) Outras _____

2.1.1.1.1. Agendada (1) Não ☒ Opcional (3) Obrigatória

2.1.1.1.2. Autoguiada (1) Não ☒ Opcional (3) Obrigatória

2.1.1.1.3. Guiada (1) Não ☒ Opcional (3) Obrigatória

2.1.2. Entrada

2.1.2.1. Gratuita ☒ Sim (2) Não

2.1.2.2. Paga ☒ Inteira (2) Meia α

2.1.3. Instalações de entrada

2.1.3.1. Centro de recepção (1) Sim ☒ Não

2.1.3.2. Posto de informação (1) Sim ☒ Não

2.1.3.3. Portaria principal (1) Sim ☒ Não

2.1.3.4. Guarita (1) Sim ☒ Não

2.1.3.5. Bilheteria (1) Sim ☒ Não

2.1.3.6. Outras _____

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
---	---	---

2.1.4. Atendimento ao público

2.1.4.1. Atendimento em língua estrangeira ☒ Não (2) Inglês (3) Espanhol (4) Outras _____

2.1.4.2. Informativos impressos ☒ Não (2) Português (3) Inglês (4) Espanhol (5) Outras _____

2.2. Regras de funcionamento

2.2.1. Período

(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho
 (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro ☒ Ano inteiro

2.2.2. Horário

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
2.2.2.1. Abertura	08:00	08:00	08:00	08:00	08:00	08:00	08:00
2.2.2.2. Encerramento	19:00	19:00	19:00	19:00	19:00	19:00	19:00

2.2.2.3. Funcionamento 24 horas (1) Sim ☒ Não

2.2.2.4. Funcionamento em feriados ☒ Sim (2) Não

2.2.3. Restrições

(1) Crianças (2) Fumantes ☒ Animais (4) Outras _____

2.2.4. Outras regras e informações

2.3. Caracterização do fluxo turístico

2.3.1. Dados da visitação

2.3.1.1. Total anual de visitantes (nº) 30k

2.3.1.2. Total de visitantes alta temporada (nº) _____

2.3.1.2.1. Meses de alta temporada

(☒) Janeiro (☒) Fevereiro (☒) Março (☒) Abril (☒) Maio (☒) Junho (7) Julho
 (8) Agosto (9) Setembro (☒) Outubro (☒) Novembro (☒) Dezembro (13) Ano inteiro

2.3.2. Origem dos visitantes/turistas

(☒) Entorno municipal (☒) Estadual (☒) Nacional (4) Internacional

2.3.2.1. Origem dos turistas nacionais (até 5 estados)

SP

PR

MS



INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS



2.3.2.2. Origem dos turistas internacionais (até 5 países)

não há pesquisa de demanda para identi-
ficar esses dados.

2.3.2.3. Ano-base _____

2.3.3. Principal público frequentador (1) Turistas (2) Moradores

2.4. Apoio à comercialização

2.4.1. Integra roteiros turísticos comercializados (1) Sim (2) Não

Nome dos principais roteiros (até 5)	Sítio eletrônico (site/página web)
Parque do Banco	não tem site

2.4.2. Integra guia turístico (1) Sim ☒ Não

Nome dos principais guias impressos (até 5)	Sítio eletrônico (site/página web)

3. CARACTERÍSTICAS

3.1. Instalações

3.1.1. Estacionamento (1) Pago ☒ Gratuito (3) Coberto ☒ Descoberto

3.1.1.1. Capacidade de veículos (nº) _____

3.1.1.1.1. Automóveis (nº) _____

3.1.1.1.2. Ônibus (nº) _____

		INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA			
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS					
3.2. Outras Instalações e equipamentos					
(1) Área de exposições coberta	(2) Área de exposições não coberta	(3) Loja de <i>souvenir</i>	(4) Sinalização interna		
(5) Centro de convenções	(6) Espaço para festas e eventos	(7) Anfiteatro	(8) Museu		
(9) Palco para eventos	(10) Feiras	(11) Quadra poliesportiva	(12) Grade ou proteção		
(13) Ambulatório médico	☒ Iluminação	(15) Vestiário	(16) Guarda-volumes		
(17) Caixa eletrônico	(18) Telefones públicos	☒ Instalações sanitárias	(20) Bebedouros		
(21) Teleférico	☒ Churrasqueira	(23) Outros _____			
3.3. Outros equipamentos e serviços					
(1) Achados e perdidos	☒ Bar/lanchonete	☒ Restaurante			
(4) Hospedagem	(5) Serviço de som	(6) Serviço de informações			
☒ Vendedores ambulantes	(8) Disponibilidade de carrinho de bebê	☒ Disponibilidade de cadeira de rodas			
(10) Disponibilidade de bicicletas	(11) Disponibilidade de cavalos	(12) Disponibilidade de pedalinhos			
☒ Disponibilidade de boias	(14) Outros _____				
3.4. Atividades					
3.4.1. Arvorismo	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.2. Atividades culturais	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.3. Atividades pedagógicas	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.4. Boia-cross	(1) Não	☒ Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.5. <i>Bungee-jump</i>	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.6. Caminhada	(1) Não	☒ Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.7. Canoagem	(1) Não	☒ Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.8. Cavalgada	☒ Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.9. Ciclismo	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.10. Escalada	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.11. Ginástica	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.12. <i>Kitesurf</i>	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.13. Mergulho	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.14. <i>Motocross</i>	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.15. <i>Mountain bike</i>	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.16. Observação	(1) Não	☒ Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.17. <i>Off road</i>	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.18. Parapente/asa-delta	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.19. Pesca	(1) Não	☒ Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.20. <i>Rafting</i>	☒ Não	☒ Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.21. Rapel	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.22. Remo	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.23. Safári fotográfico	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.24. <i>Skate</i>	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.25. Vela	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.26. Voo livre	☒ Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.27. <i>Windsurf</i>	(1) Não	(2) Sim	☒ Disponibilidade de equipamentos		
3.4.28. Trilha	(1) Não	☒ Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		
3.4.29. Outras _____	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos		

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
---	---	---

3.5. Características físicas

3.5.1. Extensão (m ou km) 1.005.188,39 hectares

3.5.2. Hidrografia

3.5.2.1. Rio ☒ Sim (2) Não

3.5.2.1.1. Quedas d'água (1) Sim ☒ Não

3.5.2.1.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.2. Riacho ☒ Sim (2) Não

3.5.2.2.1. Quedas d'água (1) Sim ☒ Não

3.5.2.2.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.3. Córrego (1) Sim ☒ Não

3.5.2.3.1. Quedas d'água (1) Sim ☒ Não

3.5.2.3.2. Tipo (1) Catarata (2) Cachoeira (3) Salto (4) Cascata (5) Corredeira

3.5.2.4. Fonte (1) Sim ☒ Não

3.5.2.5. Lago/lagoa/laguna (1) Sim ☒ Não

3.5.2.6. Alagado (1) Sim ☒ Não

3.5.2.7. Outras _____

3.5.3. Relevo

(1) Montanha	(2) Serra	(3) Monte/morro/colina	(4) Pico/cume	(5) Chapada/tabuleiro/matacão
(6) Patamar	(7) Dolina	(8) Vale	(9) Planalto	☒ Planície
(11) Depressão	(12) Salina	(13) Caverna	(14) Gruta	(15) Furna

3.5.4. Flora

3.5.4.1. Vegetação

(1) Floresta amazônica	☒ Mata atlântica	(3) Mata de araucária	(4) Cerrado	(5) Caatinga
(6) Campo	(7) Complexo do pantanal	(8) Manguezal	(9) Vegetação litorânea	

3.5.4.2. Espécies

3.5.4.2.1. Endêmica (1) Sim ☒ Não

3.5.4.2.1.1. Melhores meses de observação

(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro

3.5.4.2.2. Rara ☒ Sim (2) Não

3.5.4.2.2.1. Melhores meses de observação

(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro

3.5.4.2.3. Em extinção ☒ Sim (2) Não

3.5.4.2.3.1. Melhores meses de observação

(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro

		INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA								
		CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS								
3.5.4.2.4. Exótica		☒ Sim		(2) Não						
3.5.4.2.4.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.5.4.2.5. Outras										
3.5.4.2.5.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.5.5. Fauna										
3.5.5.1. Espécies										
3.5.5.1.1. Endêmica		(1) Sim		☒ Não						
3.5.5.1.1.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.5.5.1.2. Rara		☒ Sim		(2) Não						
3.5.5.1.2.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.5.5.1.3. Em extinção		☒ Sim		(2) Não						
3.5.5.1.3.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.5.5.1.4. Exótica		☒ Sim		(2) Não						
3.5.5.1.4.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.5.5.1.5. Outras										
3.5.5.1.5.1 Melhores meses de observação										
(1) Janeiro	(2) Fevereiro	(3) Março	(4) Abril	(5) Maio	(6) Junho					
(7) Julho	(8) Agosto	(9) Setembro	(10) Outubro	(11) Novembro	(12) Dezembro					
3.6. Atividade econômica										
3.6.1. Agropecuária										
(1) Não	☒ Agricultura	☒ Pecuária	(4) Aquicultura	(5) Silvicultura	(6) Outras					
3.6.2. Industrial										
☒ Não	(2) Petrolífera	(3) Automobilística	(4) Têxtil	(5) Alimentícia						
(6) Coureira	(7) Joalheira	(8) Madeireira	(9) Ceramista	(10) Outros						
3.6.3. Extrativista										
☒ Não	(2) Mineral	(3) Vegetal	(4) Animal							

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
---	---	---

3.7. Descritivo das especificidades do atrativo

balneário com o turismo de sol e praia, passeios de barco, mergulho

3.8. Acesso ao atrativo

3.8.1. A pé

3.8.1.1. Trilha de acesso ☒ Pavimentada (2) Não pavimentada

3.8.1.2. Extensão (m) _____

3.8.1.3. Grau de dificuldade ☒ Leve (2) Semipesada (3) Pesada

3.8.2. Transporte

3.8.2.1. Regular

Empresa	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)

3.8.2.2. Fretado

Empresa	Tipo de transporte	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)

4. PROTEÇÃO, QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, PREMIAÇÃO, DESTAQUES E OUTROS

4.1. Do atrativo (1) Sim (2) Não

Categoria	Instrumento (nº)	Nome/Título/Denominação/Certificação/Licenciamento	Entidade declaratória/Tipo de declaração
4.1.1. Municipal	4.1.1.1. Lei/Decreto		
	4.1.1.2. Portaria/Instrução/Deliberação		
	4.1.1.3. Norma/Ato		
	4.1.1.4. Outros		

		INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA			
		CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS			
4.1.2. Estadual/ Distrital	4.1.2.1. Lei/Decreto				
	4.1.2.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.2.3. Norma/Ato				
	4.1.2.4. Outros				
4.1.3. Federal	4.1.3.1. Lei/Decreto	DNU 5786		Marco Antônio D. M.	
	4.1.3.2. Portaria/Instrução/ Deliberação	Dispõe sobre a criação de áreas de práticas em turismo dos idosos...		Vice-presidente da República	
	4.1.3.3. Norma/Ato				
	4.1.3.4. Outros				
4.1.4. Internacional	4.1.4.1. Lei/Decreto				
	4.1.4.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.4.3. Norma/Ato				
	4.1.4.4. Outros				
4.1.5. Outras	4.1.5.1. _____				
	4.1.5.2. _____				
5. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO					
(1) Muito bom ☒ Bom (3) Ruim					
6. ACESSIBILIDADE					
6.1. Possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida? (1) Não ☒ Sim (responder às questões seguintes)					
6.1.1. Pessoal capacitado para receber pessoas com deficiência ☒ Não (2) Física (3) Auditiva (4) Visual (5) Mental (6) Múltipla					
6.1.2. Rota externa acessível (1) Não ☒ Estacionamento (3) Calçada rebaixada (4) Faixa de pedestre ☒ Rampa (6) Semáforo sonoro (7) Piso tátil de alerta (8) Piso regular e antiderrapante (9) Livre de obstáculos (10) Outras _____					
6.1.3. Símbolo internacional de acesso ☒ Não (2) Entrada (3) Área reservada (4) Estacionamento (5) Área de embarque e desembarque (6) Sanitário (7) Saída de emergência					
6.1.4. Local de embarque e desembarque (1) Não ☒ Sinalizado (3) Com acesso em nível					
6.1.5. Vaga em estacionamento (1) Não ☒ Sinalizada (3) Com acesso em nível (4) Alargada para cadeira de rodas (5) Rampa de acesso à calçada					
6.1.6. Área de circulação/acesso interno para cadeiras de rodas (1) Não ☒ Rampa (3) Elevador (4) Plataforma elevatória (5) Com circulação entre mobiliário (6) Porta larga (7) Piso regular/antiderrapante					
6.1.7. Escada ☒ Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Sinalização tátil de alerta (5) Piso antiderrapante					

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
--	---	--

6.1.8. Rampa
 (1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Piso antiderrapante (5) Sinalização tátil ☒ Inclinação adequada

6.1.9. Piso
☒ Não (2) Tátil (3) Sem obstáculos (tapete ou desnível) (4) Antiderrapante/deslizante

6.1.10. Elevador
☒ Não (2) Sinalizado em Braille (3) Dispositivo sonoro (4) Dispositivo luminoso (5) Sensor eletrônico (porta)

6.1.11. Equipamento motorizado para deslocamento interno
☒ Não (2) Cadeira (3) Carrinho

6.1.12. Sinalização visual
☒ Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate

6.1.13. Sinalização tátil
☒ Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate

6.1.14. Alarme de emergência
☒ Não (2) Sonoro (3) Visual (4) Vibratório

6.1.15. Comunicação
☒ Não (2) Texto informativo em Braille (3) Texto informativo em fonte ampliada (4) Intérprete em Libras (língua brasileira de sinais)

6.1.16. Balcão de atendimento
☒ Não (2) Rebaixado (3) Preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

6.1.17. Mobiliário
☒ Não (2) Altura adequada (3) Recuo adequado

6.1.18. Sanitário
☒ Não (2) Barra de apoio (3) Porta larga suficiente para entrada de cadeira de rodas (4) Giro para cadeira de rodas (5) Acesso para cadeira de rodas (6) Pia rebaixada (7) Espelho rebaixado ou com ângulo de alcance visual (8) Boxe ou banheira adaptada (9) Torneira monocomando/alavanca

6.1.19. Telefone
☒ Não (2) Altura adequada (3) Para surdos (TPS ou TTS)

6.1.20. Sinalização indicativa de atendimento preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (1) Sim ☒ Não

6.1.21. Outras _____

